

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO SÓCIO-ECONÔMICO
DEPARTAMENTO DE SERVIÇO SOCIAL

TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO:
NA TRAMA DA HISTÓRIA: a tessitura das lutas da Via Campesina

HILDA MARICEL ALONSO VERA

Florianópolis 2011

HILDA MARICEL ALONSO VERA

NA TRAMA DA HISTÓRIA: a tessitura das lutas da Via Campesina

Trabalho de conclusão de curso apresentado ao curso de Serviço Social da Universidade Federal de Santa Catarina como requisito parcial para a obtenção do título de Bacharel em Serviço Social.

Orientadora: Prof^ª. D^{ra}. Ivete Simionatto

Florianópolis

2011

HILDA MARICEL ALONSO VERA

NA TRAMA DA HISTÓRIA: a tessitura das lutas da Via Campesina

Trabalho de conclusão de curso apresentado ao curso de Serviço Social da Universidade Federal de Santa Catarina como requisito parcial para a obtenção do título de Bacharel em Serviço Social.

Florianópolis, 14 de dezembro de 2011



Prof.^a D.^{ra} Ivete Simionatto
Orientadora



Prof. D.^r. Ricardo Lara
1º Examinador



Prof.^a Dilceane Carraro
2º Examinador

Dedico este trabajo em mem3ria de mi padre: Miguel Angel Alonso por el ejemplo de vida que me di3 y por la admiraci3n que le tengo

AGRADECIMENTO

Segundo Gramsci os aparelhos privados de hegemonia são organizações da sociedade civil onde se tecem as idéias, os direcionamentos morais que possibilitam uma visão de mundo.

[...] Mas a consciência da criança não é algo “individual” (e muito menos individualizado): é o reflexo da fração de sociedade civil da qual a criança participa, das relações sociais tais como se aninham na família, na vizinhança, na aldeia, etc. (GRAMSCI, Vol.2 p. 44)

Na minha vida este direcionamento deu-se através de um processo que hoje tem resultado este trabalho de conclusão de curso. Meu agradecimento para esses aparelhos privados de hegemonia da qual fiz parte, será organizado em forma retrospectiva.

Neste sentido agradeço à instituição UFSC por ter me acolhido e por possibilitar o acesso à educação, este direito que deveria ser de todos, mas no entanto acaba sendo de uma minoria. Ao CNPq agradeço que tenha me contemplado com a bolsa de Iniciação Científica num curso que está remando contra a hegemonia atual, apesar da bolsa ser simbólica (pelo baixo valor) reconheço que na conjuntura atual ainda é um ganho contemplar a pesquisa social principalmente na área humana. Ao Núcleo de Estudo e Pesquisa Estado Sociedade Civil, Políticas Públicas e Serviço Social (NESPP) que me acolheu nesta árdua, porém gostosa caminhada em direção à pesquisa. Agradeço a possibilidade de compartilhar: nos eventos, grupos de estudos, momentos e encontros com pessoas comprometidas com o ensino-aprendizado, com bagagem teórica impar; que me permitiram recarregar minhas energias para continuar na pesquisa. Admiro muito pessoas inteligentes e engajadas. Agradeço principalmente à coordenadora do NESPP a minha querida professora Ivete por estar sempre articulando para que este núcleo seja ativo. Mas também te agradeço professora Ivete, (profissional incrível, inteligente e comprometida) pelas inúmeras vezes que a senhora me guiou e abriu para mim, seu conhecimento, seu tempo, sua paciência. Agradeço porque não desistiu de mim, agradeço a chance que me deu. Agradeço a essa profissional impar... Mas ainda quero agradecer à pessoa Ivete que não todos conhecem uma mulher doce, compreensiva, parceira, amiga carinhosa. Agradeço pelas inúmeras vezes que estive disposta a escutar meus problemas pessoais e aconselhar como uma boa amiga, pelas vezes que foi parceira de risadas, pelas vezes que cuidou cada termo, pelos abraços apertados e carinhosos que a senhora me deu no meu momento de fragilidade, por nunca invadir minha privacidade. São três anos de convivência valiosas para minha

vida. Gosto demais da senhora, admiro demais sua inteligência, torço demais pela sua felicidade.

Agradeço também a Daviane, Kaliandra e Carol estas parceiras, amigas, colegas, “irmãs”.

Agradeço ao quadro de professores do curso principalmente a aqueles com que tive contato direto. Vou destacar alguns não por serem os melhores e sim por ter tido uma maior aproximação: aos professores: Vera Herweg, Raúl Burgos, Maria Del Carmen; Simone Sobral; Vânia Manfroi, Helenara Fagundes, Mirella Rocha; Tânia Krigger; Cristiane Claudino; Regina Célia Miotto; e por fim ao meu querido professor Helder Boska, Ao senhor agradeço a forma do meu trabalho, lembro que em sala o senhor falou que devemos servir-nos daquilo que temos facilidade para construir uma nova forma de trabalho, pois então, como eu tenho facilidade com o crochê e dificuldade com a escrita a idéia desta construção de alguma maneira é sua.

Ao Campo de estágio DiSS¹. Ao engenheiro Marcelo diretor do DDAS pela parceria e reconhecimento do trabalho dos estagiários, ao engenheiro Francisco, a psicóloga Celi e a Médica Perita Norma (profissionais que me ensinaram muitíssimo). Às assistentes sociais com quem compartilhei minha caminhada acadêmica, cada uma delas acresceu de alguma forma minha formação e minha vida. Ana Paula, Lucia, Rosana, Maria Alice e Selma.

Aos colegas de estagio. Claudemir; Carolina; Daniela; Bruno; Grazi; Nayanna. Colegas foi muito bom dividir estagio com vocês.

Aos amigos construídos na UFSC, meus colegas da turma 2008.1, pelas vezes que formamos uma pinha para sustentar-nos na universidade, com vocês tudo vale a pena. Como em qualquer construção alguns se aproximam mais do que outros, seja pelo maior tempo que estamos juntos, seja por afinidade mesmo, queria destacar aqui minhas parceiras incondicionais a Aliene, Dineia, Gabriele, Kelli, Késsia, Michaeli, agradeço a vocês amigas pelas vezes que me aturaram, pelas vezes que me protegeram, pelas vezes que me demonstraram amor incondicional, pelas risadas, pelas piadas, pelas saídas, pela partilha, principalmente pela força (tranqüila galera, no final da tudo certo) Amo muito vocês.

Ao Bruno, meu colega, parceiro, amigo, irmão. Agradeço pelas inúmeras vezes que tens me trazido a realidade, você foi meu equilíbrio nesta caminhada. Apesar da tua

¹ Divisão de Serviço Social Atensão ao Servidor

curta idade (em anos) porque em teoria estás a 100 km na minha frente, consegui me cativar, com paciência (e muita). Calou quando foi preciso, falou quando necessário e assim te tornaste responsável por mim. Você, um menino paciente, olhando para mim dizias “te tornas responsável por aquilo que cativas”. Meu amigo te agradeço imensamente por me permitir experimentar o sabor do saber, o sabor do lazer (com as musicas lindas que me apresentaste), o sabor de estudar e curtir estudando, quero te dizer que sinto muita admiração por você. Se tivesse uma bola de cristal me atreveria a dizer que serás um ótimo professor (se fores) ou um assistente social exemplar.

A Arnaldo e Aline, meus vizinhos do GEPS, parceiros de risadas. Quando o cansaço vai batendo na porta, um pulinho no GEPS para recarregar as energias; discussões teóricas, discussões da vida, não importa a temática, os dois estiveram sempre ali para dar uma força, um carinho, um apoio. Arnaldo com seu sorriso encantador que cativa qualquer um, a Aline com sua doçura de menina/mulher que encanta a qualquer e os dois com inteligência impar. Meus agradecimento aos dois.

A Nayanna, que neste lance final me deu maior força e carinho, agradeço a sua disponibilidade amiga, agradeço o carinho. Amo muito você.

A João Paulo Borges meu parceiro de brincadeiras, (juro que não vou te empurrar pela escada google) pouco a pouco a gente foi se conhecendo e se gostando, você é um rapaz que vale muito a pena conviver, inteligente, lindo, encantador, sou muito grata porque tive a sorte de coincidir contigo na faculdade, lembro nosso primeiro encontro na seleção do PET, eu bem burrinha e tu me dando banho de teoria (rsrsrsrs) um dia chego lá, você é meu exemplo a seguir, te amo muito meu querido, agradeço sua amizade e seu carinho.

Aos meus amigos do condomínio, Mirela, Eunice, Nelsi, Cris, Teca, Vera e seus respectivos familiares, amigos que deixaram de ser amigos para ser família, a rede protetora no momento de desamparo. Agradeço muito a parceria de cada um de vocês.

À instituição por mim criada. Minha família escolhida, ao meu amor: pelas vezes que você me apoiou, pela alegria que me brindas cada dia, pelos sonhos que sonhamos juntos, pela nossa princesa. Você é minha força, minha liberdade, minha realização, meu parceiro, meu porto seguro. Com você do meu lado eu enfrento tormentas, e qualquer contingência que a vida pode apresentar. Te amo mais do que todo neste mundo. Sorte a minha por ter um homem maravilhoso como você ao meu lado. Sou grata eternamente à vida por possibilitar nossa união, onze anos de felicidade junto a ti.

À minha filha, minha pequena universitária, que com seus escassos 6 anos acompanhou minha trajetória acadêmica com paciência de adulto, acompanhando muitas vezes em sala de aula, nas reuniões no núcleo, nos grupos de estudo. Surpreendendo com sua inteligência e sinceridade de criança a qualquer um que esteja em contato com ela. Meu orgulho, minha felicidade, minha luz, minha flor. Amo-te para sempre, agradeço minha linda pela tua companhia, agradeço por iluminar minha vida.

À instituição Igreja Católica que me acolheu e me possibilitou um olhar crítico sobre a realidade agradeço aos pensadores da teologia da libertação que regou a igreja que me fez crescer, aos movimentos sociais ligados à igreja da qual bebi a realidade crua no março paraguaio. Saúdo aos mártires pela vitória daquele março, lamento as mortes que aconteceram para uma mudança que não foi mudança. Principalmente a “los Frailes Menores y los Hermanos Menores Capuchinos”

À minha primeira instituição minha família de origem ao meu pai (in memoria). A mi mamá, por las veces que tenías algo que decir y te has callado para respetar mis decisiones porque soñabas para mí un vuelo hacia la libertad. A ti que me ha enseñado que la honestidad y firmeza vale mas que todo el dinero del mundo, a ti que nunca sintió cansancio para acunar a sus hijos, a ti que consigue ver en las personas la esencia traspasando la apariencia, a ti que has enseñado a tus hijos con ejemplos y valentía como se vive la vida en armonía. Soy eternamente grata mi madrecita adorada, te admiro, te respeto, te siento cerca a pesar de la distancia y te amo profundamente. Una carta de amor mamá, porque agradecimiento no alcanza el sentimiento que quiero expresar a esta mujer maravillosa, valiente y tierna que es mi ejemplo de vida.

A mis hermanos Silvio, Eli, Luz, Juan, Beatriz, Rosa, Panta, Lucy por que cada uno supo ser un grano de contribución en mi vida. Silvio-fortaleza, Eli-familia, Luz-alma gemela, Juan-integridad, Beatriz-kunu'û, Rosa-protección, Panta-ternura, Lucy-firmeza. Soy muy afortunada por hacer parte de esta familia unida, amantes y amados. A pesar de las inmensas diferencias, nuestros padres consiguieron criarnos con tamaño igualdad. Ikatu nga'u po añu'ã peteî teî, ha'e peême mba'eichaitepa po haihu. Che py'a ojejopy mombyryete pendehegui. Les amo mucho mis queridos.

E por ultimo e em primeiro lugar agradeço a Deus pela vida e pela Fe. Como Fe não se explica se vivencia. O meu agradecimento termina por aqui.

RESUMO

O presente Trabalho de Conclusão de Curso tem por objeto o estudo da Via Campesina como um dos sujeitos políticos de resistência ao neoliberalismo no Brasil, no período de 2003 a 2010. A pesquisa tem como objetivos: Identificar os principais temas e demandas constantes da agenda de luta da Via Campesina; Mapear as principais propostas e estratégias de luta da Via Campesina nos campos social e político; Identificar as principais estratégias utilizadas para articular as lutas social e política e de que forma são dirigidas ao Estado e outras instituições; Analisar em que medida e com que ações buscam tensionar a atual direção social, política e econômica do governo, tendo em vista uma efetiva disputa hegemônica; Identificar de que forma interfere no processo político mais amplo mediante a construção de alianças com outros sujeitos políticos. A investigação consiste num estudo documental e bibliográfico, com análise qualitativa apoiada na perspectiva metodológica crítico-dialética e referenciada nas categorias de Antonio Gramsci e marxistas contemporâneos. O material empírico constou de documentos disponíveis em *websites*, estudos e levantamentos já produzidos sobre o tema, publicados em revistas, livros e jornais. Os resultados apontam que a agenda da Via Campesina tem como bandeira de luta a Soberania Alimentar a partir da qual são direcionadas as ações tanto no campo social quanto político. A luta social para a organização passa pela garantia da Soberania Alimentar como direito fundamental, respeitando a biodiversidade como direito dos povos de decidir sobre sua própria política agrícola e alimentar, a implementação da Reforma Agrária, acesso à terra, democratização da água, ampliação das políticas públicas de saúde, educação, moradia, transporte, dentre outras. Destacam-se também a defesa dos Direitos Humanos, especialmente no que se refere à criminalização dos movimentos sociais. Já a luta política está voltada à defesa e construção de um projeto de sociedade, ou seja, o socialismo. Os principais resultados apontam que a Via Campesina apresenta-se como uma organização da sociedade civil, congregada por vários movimentos sociais que através da construção de estratégias de luta têm buscado tensionar os governos tanto em nível nacional quanto internacional, contrapondo-se à hegemonia do grande capital e suas formas de dominação contemporâneas.

Palavras-chave: sociedade civil, Via Campesina, hegemonia, luta social, luta política.

LISTA DE SIGLAS

| | |
|----------|--|
| ASOCODE | Asociacion de Organizaciones Agrarias Centroamericanas |
| BM | Banco Mundial |
| CCI | Comitê Coordenador Internacional |
| CLOC | Coordinadora Latinoamericana de Organizaciones del Campo |
| CNPq | Conselho Nacional de Pesquisa |
| CONLUTAS | Coordenação Nacional de Lutas |
| CPE | Coordenação Campesina Europeia |
| CTNBio | Comissão Técnica Nacional de Biossegurança |
| CUT | Central Única de Trabalhadores |
| EPAs | Associação Econômica com a União Européia |
| FAO | Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação |
| FHC | Fernando Henrique Cardoso |
| FMI | Fundo Monetário Internacional |
| MAB | Movimento de Atingidos por Barragens |
| MMC | Movimento de Mulheres Camponesas |
| MPA | Movimento dos Pequenos Agricultores |
| MST | Movimento dos Trabalhadores sem Terra |
| MTST | Movimento dos Trabalhadores sem Teto |
| NESPP | Núcleo de Estudos e Pesquisas Estado, Sociedade Civil, Políticas Públicas e Serviço Social |
| OMC | Organização Mundial de Comercio |
| ONGs | Organizações não Governamentais |
| OS | Organizações Sociais |
| OSCIPS | Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público |
| PCT | Projeto Cédula da Terra |
| PJR | Pastoral da Juventude Rural |
| PNDH | Programa Nacional dos Direitos Humanos |
| TCC | Trabalho de Conclusão de Curso |
| TLCAN | Tratado do Livre Comercio da América do Norte |
| TLCs | Tratados de Livre Comércio |
| UNAG | União Nacional de Agricultores e Pecuaristas |
| UNESCO | Organização das Nações Unidas para a educação, a ciência e a cultura |
| VCP | Votorantim Celulose e Papel |

LISTA DE QUADROS

| | |
|-----------------|----|
| Quadro 1 ----- | 17 |
| Quadro 2 ----- | 17 |
| Quadro 3 ----- | 17 |
| Quadro 4 ----- | 18 |
| Quadro 5 ----- | 19 |
| Quadro 6 ----- | 19 |
| Quadro 7 ----- | 20 |
| Quadro 8 ----- | 20 |
| Quadro 9 ----- | 21 |
| Quadro 10 ----- | 32 |
| Quadro 11 ----- | 39 |

SUMARIO

| | |
|---|-----------|
| INTRODUÇÃO | 12 |
| 1 A VIA CAMPESINA: O DESAFIO A UMA PRÁTICA RADICAL --- | 16 |
| 1.1 A Via Campesina e seu processo sócio-histórico ----- | 16 |
| 1.2 As Conferências Internacionais ----- | 25 |
| 1.3 A Via Campesina no Brasil ----- | 27 |
| 2. TECENDO O CAMPO DE LUTAS ----- | 30 |
| 2.1 A Luta Social ----- | 30 |
| 2.1.1 A Soberania Alimentar como eixo da luta ----- | 34 |
| 2.1.2 Políticas e Direitos Sociais (Direitos Humanos) ----- | 37 |
| 2.2 Luta Política ----- | 39 |
| 2.2.1 Soberania Alimentar e Reforma Agrária ----- | 41 |
| 2.2.2 Defesa do Socialismo ----- | 42 |
| 3. ESTRATÉGIAS DE LUTA ----- | 45 |
| 3.1 Manifestações Escritas ----- | 45 |
| 3.2 Artigos ----- | 46 |
| 3.3 Elaboração de Cartilhas com os seguintes temas ----- | 47 |
| 3.4 Manifestações presenciais ----- | 50 |
| 3.5 Campanhas ----- | 56 |
| 3.6 Assembléias e Reuniões ----- | 57 |
| 3.7 Cartas ----- | 58 |
| CONSIDERAÇÕES FINAIS ----- | 59 |
| REFERENCIAS BIBLIOGRÁFICAS ----- | 64 |

INTRODUÇÃO

O presente Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) é decorrente do projeto intitulado “Estado, sociedade civil e lutas sociais: uma análise gramsciana do Brasil no período de 2003 - 2010”, coordenado pela Prof^a.Ivete Simionatto, junto ao Núcleo de Estudos e Pesquisas Estado, Sociedade Civil, Políticas Públicas e Serviço Social (NESPP). Os objetivos centrais do projeto são: mapear os principais sujeitos políticos do campo democrático-popular de destaque na realidade brasileira nas duas gestões do governo Lula, assim como, suas propostas contra-hegemônicas no enfrentamento do projeto de corte neoliberal assumido neste período; identificar e analisar os objetivos, as principais propostas e as estratégias de luta construídas por tais sujeitos políticos na defesa dos interesses das classes subalternas nas esferas social e política; e, analisar em que medida os sujeitos políticos identificados buscam tensionar a atual direção social, política e econômica do governo e de que forma interferem no processo político mais amplo. Os sujeitos políticos identificados neste projeto foram os seguintes: Movimento dos Trabalhadores Rurais (MST); Movimento dos Trabalhadores sem Teto (MTST), Via Campesina e Coordenação Nacional de Lutas (CONLUTAS).

O projeto dedica-se ao estudo da Via Campesina, uma organização de articulação internacional que também está presente no Brasil desde 1992. Seu surgimento, desenvolvimento e pautas de luta ocorrem em contraposição ao avanço da forma de produção capitalista para a agricultura em nível mundial nas últimas décadas, tendo como bandeira de luta a Soberania Alimentar. A Via Campesina constitui-se como um sujeito político coletivo que, em aliança com outros movimentos sociais, busca a construção de um projeto alternativo de sociedade ao modelo capitalista de produção vigente.

A partir da Soberania Alimentar a Via Campesina, como aparelho privado de hegemonia, tece todas as suas lutas visando um novo desenho de sociedade. Com esta bandeira trabalha sua “luta política” ou luta pelo poder através da congregação dos diversos aparelhos privados de hegemonia representantes da classe trabalhadora. Buscando nesse movimento trabalhar a superação dos interesses individuais e corporativos que, através da formação da consciência de classe, tenta construir uma nova hegemonia.

Nosso interesse pelo estudo desta organização surgiu quando iniciamos nossa atuação junto ao NESPP como bolsista de Iniciação Científica do CNPq, no projeto

“Sociedade civil e lutas de resistência: uma abordagem na América Latina”. Por meio do mesmo, nos dedicamos ao estudo dos principais sujeitos políticos de resistência ao neoliberalismo a partir da década de 1990 nos seguintes países da América Latina: Argentina, Bolívia, Brasil, Chile, Equador, Paraguai, Uruguai e Venezuela. Buscamos, assim, identificar os objetivos, temas e agendas de luta destes sujeitos políticos enquanto notamos que a Via Campesina se destacava nesses países, ao lado de inúmeros movimentos sociais no campo, principalmente no Paraguai, nosso país de origem.

Assim sendo, os objetivos da presente pesquisa sobre a Via Campesina foram assim delimitados:

- Identificar os principais temas e demandas constantes na agenda de luta;
- Mapear as principais propostas e estratégias de luta;
- Identificar as principais estratégias utilizadas para articular a luta social e política e de que forma são dirigidas ao Estado e outras instituições;
- Analisar em que medida e com que ações buscam tensionar a atual direção social, política e econômica do governo, tendo em vista uma efetiva disputa hegemônica;
- Identificar de que forma a Via Campesina interfere no processo político mais amplo mediante a construção de alianças com outros sujeitos políticos.

Pretende-se neste trabalho situar a Via Campesina como um sujeito político no contexto do processo contraditório das relações entre Estado e sociedade, ou seja, das relações dialéticas entre economia, política e cultura, ou, no dizer de Gramsci, entre estrutura e superestrutura. Deste modo, justificamos a escolha do referencial teórico gramsciano na medida em que o mesmo possibilita pensar a sociedade civil enquanto um espaço de luta de classes e, portanto, de construção de novas hegemonias. Para o pensador italiano, a sociedade civil é o espaço onde são elaborados e viabilizados projetos globais de sociedade, *locus* de articulação de capacidades, de direção ético-política de disputa de poder e de dominação: um espaço que abriga interesses contraditórios, mas também acomoda fatores capazes de promover agregações e unificações superiores. A sociedade civil seria a sede de múltiplos organismos privados, mas, nem por isso, menos estatais. Seus integrantes estariam dispostos como vetores de

relações de força, como agentes de consenso e hegemonia, candidatos a se tornar Estado (NOGUEIRA, 2011).

Trata-se de uma pesquisa bibliográfica e documental com enfoque qualitativo e dados empíricos coletados através de documentos disponíveis em *websites*, estudos e levantamentos já produzidos sobre o tema e publicados em revistas, livros e jornais. Os procedimentos foram os seguintes: a) levantamento de documentos nos *websites* da Via Campesina e MST; b) levantamento de artigos publicados pela Via Campesina em revistas, livros e jornais; c) mapeamento de análises da Via Campesina publicadas em outros *websites*; d) artigos sobre a Via Campesina publicados em revistas científicas; e) mapeamento da luta social e política; f) análise do material coletado. O período estudado compreendeu de 2003 a 2010, correspondendo às duas gestões do governo Lula, tempo em que ocorre uma rearticulação dos movimentos sociais.

Resgatar o conceito de sociedade civil automaticamente nos leva a apontar à sociedade política ou ao Estado para interpretar os processos sociais, desvendar a realidade e entender a sociedade capitalista. Além de provocar a reflexão das conseqüências do capitalismo contemporâneo, também nos permite interrogar questões essenciais relativas às esferas estruturais e superestruturais com discussões políticas, ideológicas e culturais.

Neste sentido, entendemos que o Serviço Social tem como um dos espaços de atuação os movimentos sociais ou as formas de organização da sociedade civil, vinculadas tanto às lutas por direitos, bem como, àqueles vinculados a projetos políticos mais amplos. A Via Campesina situa-se como uma das expressões da sociedade civil que contempla vários dos princípios e valores do “Código de Ética” da profissão, o que justifica o seu estudo enquanto um espaço de luta e de transformação social. O Serviço Social, em seu projeto ético-político, abarca uma concepção de sociedade sem exploração de classes, objetando-se ao projeto neoliberal.

O trabalho está dividido em três seções. A primeira resgata o processo sócio-histórico da Via Campesina no mundo, seus principais eventos, propostas e objetivos. Além disso, destacamos a Via Campesina na realidade brasileira e suas principais propostas e formas de articulação. A segunda seção aborda as lutas sociais e políticas do ponto de vista teórico e a forma como elas compõem a agenda da Via Campesina, englobando a distinção entre essas esferas, sem perder, contudo, a relação dialética entre ambas. Destacamos a luta pela Soberania Alimentar, direitos sociais e humanos, como os principais eixos da pauta da Via Campesina no Brasil. No campo da luta política,

destacamos a Soberania Alimentar e a Reforma Agrária como eixos articuladores das demais lutas, bem como a defesa e construção do socialismo. Na terceira seção discorreremos sobre as estratégias utilizadas no processo de lutas, buscando detalhar elementos que evidenciam a perspectiva e o alcance das ações. Por fim, apresentamos as considerações finais e as referências bibliográficas.

1 A VIA CAMPESINA: O DESAFIO A UMA PRÁTICA RADICAL

1.2 A Via Campesina e seu processo sócio-histórico

A Via Campesina teve sua origem em abril de 1992, quando vários líderes rurais da América Central, América do Norte e da Europa reuniram-se em Manágua, Nicarágua, no âmbito do Congresso da União Nacional de Agricultores e Pecuáristas (UNAG).

A Organização vem à tona em resposta a um contexto internacional na qual a conjuntura estava atravessada por crises econômicas internas, mais especificamente representadas pela tríade: Estados Unidos, Europa e Japão. Tais crises ocasionaram, desde a década de 1970, uma dupla ofensiva contra o trabalho e contra o Estado, em um amplo processo de privatizações e de redução da esfera estatal. Com o objetivo de reconstruir sua capacidade de acumulação, essa conjuntura abre espaço para a era neoliberal e o incremento da economia mundial, especialmente através do que Chesnais (2001) designa de financeirização e, ainda, em um processo de super-exploração dos recursos humanos e da natureza, incluindo as terras e as sementes, transformadas em mercadorias e controladas pelas empresas multinacionais.

Segundo Desmarais (2007, p. 40, *apud* BRAGA, 2011), a Via Campesina surgiu em um contexto econômico político e social que minava a capacidade dos camponeses e pequenos agricultores para manter o controle sobre suas terras e sua produção, assim como destruía a cultura e os saberes locais e tradicionais. Para a autora, dois elementos são fundamentais para se entender o surgimento da Via Campesina: de um lado, “a globalização do modelo de agricultura industrial moderna e, de outro, a busca por uma abordagem de desenvolvimento alternativa, empreendida pelos setores mais atingidos por este modelo dominante, isto é, os próprios camponeses” (BRAGA, 2011). Embora as conseqüências desta crise estrutural do capital tenham incidências em diferentes esferas da vida humana, interessa-nos particularmente neste trabalho, trazer em cena as implicações para o desenvolvimento rural. Este, ameaçado pelo domínio das empresas transnacionais no processo produtivo, tem como objetivo a apropriação e a subordinação cada vez maior do processo de trabalho pelo capital, tendo como expressão o controle da produção desde a semente até o consumo. Essa conjuntura permitiu que, nas décadas seguintes, surgissem contrapropostas por meio de articulação de movimentos sociais de todo tipo, entre eles os movimentos camponeses, destacando-

se a Coordenação Campesina Européia (CPE), na Europa, a *Asociacion de Organizaciones Agrarias Centroamericanas* (ASOCODE) e a *Coordinadora Latinoamericana de Organizaciones del Campo* (CLOC), na América Latina, que já dialogavam entre si com o intuito de unir forças para o enfrentamento dessa realidade, desde a década de 1980. Um dos resultados desta articulação está na base da fundação da Via Campesina: um movimento internacional que agrupa camponeses e camponesas, pequenos e médios produtores, povos sem terra, indígenas, migrantes e trabalhadores agrícolas.

A Via Campesina foi fundada em Mons (Bélgica)² como resultado de um encontro de representantes de 55 países, considerado, posteriormente, como a I Conferência da Via Campesina.

A Via Campesina surge no momento de consolidação de um sistema que vinha se delineando desde o pós-II Guerra Mundial, o qual inclui a produção intensiva e mecanizada, a padronização dos produtos em escala mundial, a concentração da cadeia produtiva nas mãos de grandes empresas multinacionais. A esta industrialização da agricultura somaram-se outras características do capitalismo do final do século XX: a financeirização global da atividade agrícola, a privatização e concentração de bens historicamente considerados públicos ou comunais como a terra, a água e o patrimônio genético. Por fim, o surgimento da Via Campesina se dá no contexto da eclosão de expressivos protestos que questionam exatamente os novos formatos do capitalismo mundial (BRAGA, 2011, p. 135).

A organização está formada por movimentos sociais nacionais e regionais cuja autonomia é cuidadosamente respeitada, estando organizada em nove regiões do mundo: África do Sul, África do Norte, América do Norte, América do Sul, América Central, Nordeste e Sudeste da Ásia, Sul da Ásia, Cuba e o Caribe e Europa. Representando mais de 200 milhões de camponeses e camponesas, a Via Campesina autodenomina-se como uma organização autônoma, pluralista e multicultural, que vem buscando tecer, juntos a outros sujeitos políticos coletivos, uma proposta ideológica e política como contraposta à hegemonia do grande capital.

Nos quadros abaixo pode-se observar a lista dos movimentos da sociedade civil que integram a Via Campesina nos diferentes países.

² A Via Campesina consolida-se após a Fundação Paulo Freire, uma ONG holandesa, organizar um encontro entre 55 organizações camponesas de 36 países. A entidade anfitriã não havia planejado, contudo, que o encontro fosse posteriormente considerado a conferência de fundação de um movimento político.

Quadro 2

| AFRICA DO SUL | |
|---|-------------|
| Organização | Cidade |
| Confederação das Associações de Camponeses e Cooperativas Agropecuárias de Angola (UNACA) | Angola |
| Confederação País do Congo (COPACO/PRP) | RD Congo |
| Coalizão País de Madagascar (CPM) | Madagascar |
| União Nacional de Camponeses (UNAC) | Moçambique |
| Landless Peoples Movimento (LPM) | Soul África |
| Mtandao wa Vikundi vya Wakulima Tanzania (MVIWATA) - Tanzanian Network of Farmers'Groups | Tanzânia |

Fonte: página web da Via Campesina Internacional

Quadro 3

| Cuba e o Caribe | |
|---|----------------|
| Organização | Cidade |
| WINFA Dominica Local Branch | Dominica |
| FECAIMAT - Federacion de Campesinos Independientes Mamá Tingó | Dominican Rep. |
| CONFENACA. Confederación Nacional Campesina | Dominican Rep. |
| MCCU - Movimiento de Campesinos Trabajadores "Las Comunidades Unidas | Dominican Rep. |
| ACALEN - Asociacion Central de Agricultores Luz y Esperanza de Nagua | Dominican Rep. |
| RETOÑO - Confederacion de Organizaciones Campesinas y Barriales del Sur | Dominican Rep. |
| FEDECARES - Federacion de Caficultores del Sur | Dominican Rep. |
| FEPROBOSUR - Federacion de Productores del Bosque Seco | Dominican Rep. |
| Cane Farmers Association | Grenada |
| Tet Kole ti Peyizan Ayisyen - TK | Haiti |
| National Farmers Association | St. Lucia |
| National Farmers Union | St. Vincent |

Fonte: página web da Via Campesina Internacional

Quadro 3

| AFRICA DO NORTE | |
|---|----------------------|
| Organização | Cidade |
| Concertation Nationale des Organisations Paysannes en Producteurs Agricoles du Congo (CNOP-Congo) | Congo Brazzaville |
| Coordination Nationale des Organisations Paysannes (CNOP) | Mali |
| Plateforme Paysanne du Niger (PFPN) | Niger |
| Conseil National de Concertation et de Cooperation des Ruraux (CNCR) | Senegal |
| Coordination Togolese des Organisations Paysannes (CTOP) | Togo |

Fonte: página web da Via Campesina Internacional

Quadro 4

| América do Norte | |
|---|---------------|
| Organização | Cidade |
| Union Paysanne - Quebec | Canada |
| National Farmers Union (NFU) | Canada |
| Union Nacional de Organizaciones Regionales Campesinas Autonomas (UNORCA) | Mexico |
| Asociacion Nacional de Empresas Comercializadoras de Productores del Campo (ANEC) | Mexico |
| Central Independiente de Obreros Agricolas y Campesinos (CIOAC) | Mexico |
| Coalicion de Organizaciones Democraticas de Uniones Campesinas (CODUC) | Mexico |
| Coordinadora Nacional Plan de Ayala (CNPA) | Mexico |
| Frente Democratico Campesino de Chihuahua (FDCC) | Mexico |
| National Family Farm Coalition (NFFC) | USA |
| Border Farm Workers Project - Proyecto de Trabajadores Agricolas Fronterizos | USA |
| Florida Association of Farmworkers | USA |
| Rural Coalition | USA |
| National Association of Latino Farmers and Ranchers Trade Association | USA |

Fonte: página web da Via Campesina Internacional

Quadro 5

| América do Sul | |
|---|---------------|
| Organização | Cidade |
| Asociación de Pequeños productores del Noreste de Córdoba (APENOC) | Argentina |
| Coordinadora de campesinos, indígenas y trabajadores rurales (COCITRA) | Argentina |
| Consejo Asesor Indígena (CAI) | Argentina |
| Movimiento Campesino de Santiago del Estero (MOCASE) | Argentina |
| Movimiento Nacional Campesino e Indígena - MNCI | Argentina |
| Movimento dos Trabalhadores sem Terra (MST) | Brasil |
| Movimento de Mulheres Camponesas (MMC) | Brasil |
| Movimento de Atingidos por Barragens (MAB) | Brasil |
| Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA) | Brasil |
| Pastoral da Juventude Rural -PJR | Brasil |
| Federación Nacional de Mujeres Campesinas de Bolivia “Bartolina Sisa” (FNMCB) | Bolívia |
| Confederación Sindical Unica de Trabajadores Campesinos de Bolivia (CSUTCB) | Bolívia |
| Consejo Andino de productores de Coca | Bolívia |
| Movimiento de Trabajadores sin Tierra (MST) | Bolívia |
| Asociación Nacional de Mujeres Rurales e Indígenas (ANAMURI) | Chile |
| Confederacion Ranquil | Chile |
| Coordinador Nacional Agrario (CNA) | Colômbia |

| | |
|--|-----------|
| Federación Nacional de Cooperativas Agropecuarias (FENACOA) | Colômbia |
| Federación Nacional Sindical Unitaria Agropecuaria (FENSUAGRO-CUT) | Colômbia |
| Confederación Única Nacional de Afiliados Al Seguro Social Campesino (CONFEUNASSC) | Equador |
| Federación Nacional de Organizaciones Campesino-Indígenas (FENOCIN) | Equador |
| Confederación Nacional de Organizaciones Campesinas, Indígenas y Negras del Ecuador -FENACLE | Equador |
| Coordinadora Nacional de Organizaciones de Mujeres Trabajadoras Rurales e Indígenas-CONAMURI | Paraguay |
| Mesa Coordinadora de Organizaciones Campesinas (MCNOC) | Paraguay |
| Movimiento Campesino Paraguayo (MCP) | Paraguay |
| Organización de Lucha por la Tierra (OLT) | Paraguay |
| Confederación Campesina del Perú (CCP) | Peru |
| Confederación Nacional Agraria (CNA) | Peru |
| Red de Mujeres Rurales de Uruguay - RMRU | Uruguay |
| Coordinadora Agraria Nacional Ezequiel Zamora (CANEZ) | Venezuela |
| FNCEZ - Frente Nacional Campesina Ezequiel Zamora | Venezuela |

Fonte: página web da Via Campesina Internacional

Quadro 6

| CENTRAL AMERICA | |
|--|---------------|
| Organização | Cidade |
| Belize Association of Producer Organizations (BAPO) | Belize |
| Mesa Nacional Campesina de Costa Rica (MNC-CR) | Costa Rica |
| UPA NACIONAL | Costa Rica |
| Unión Nacional de Productores Agropecuarios Costarricense: UNAG | Costa Rica |
| Asociación Nacional de Trabajadores Agropecuarios (ANTA) | El Salvador |
| Federación de Cooperativas de la Reforma Agraria Región Central: FECORACEN de R.L. | El Salvador |
| Mesa Permanente de Mujeres Rurales: MPMR | El Salvador |
| Unión Nacional de Trabajadores Agropecuarios: UNATA | El Salvador |
| Asociación de Veteranos de la Guerrilla Salvadoreña: AVEGSAL | El Salvador |
| Fundación de Promotora de Cooperativas: FUNPROCOP | El Salvador |
| Federación Nacional de Asociaciones de Cooperativas de Producción Agropecuarias: FENACOPAZ | El Salvador |
| Federación de Asociaciones Cooperativas de Producción Agropecuaria de R.L.: FEDECOPADES | El Salvador |
| Asociación Agropecuaria “Monte Ararat” | El Salvador |
| Coordinadora Nacional de Organizaciones Campesinas (CNOC) | Guatemala |
| Comité de Unidad Campesina-CUC | Guatemala |
| Coordinadora Nacional Indígena y Campesina: CONIC | Guatemala |
| Coordinadora Nacional de Viudas de Guatemala: CONAVIGUA | Guatemala |
| Consejo Coordinador de Organizaciones Campesinas de Honduras (COCOCH) | Honduras |
| Confederación Hondureña de Mujeres Campesina -CHMC | Honduras |

| | |
|--|-----------|
| Asociación de Trabajadores del Campo (ATC) | Nicarágua |
| Mesa Agropecuaria y Forestal -MAF | Nicarágua |
| Asociación de Pequeños y Medianos Productores de Panamá (APEMEP) | Panamá |

Fonte: página web da Via Campesina Internacional

Quadro 7

| SUDESTE e Leste da Ásia | |
|---|---------------|
| Organização | Cidade |
| Farmer and Nature Network (FNN) | Cambodia |
| Indonesia Peasant Union/ SPI | Indonesia |
| Nouminren (Japan Family Farmers Movement) | Japan |
| Assembly of the Poor (AOP) | Thailand |
| Persatuan Kebajikan Melayu Pesisir Kampung Tambirat (Panggau) | Malaysia |
| Pagkakaisa para sa Tunay na Repormang Agraryo at Kaunlarang Pangkanayunan (PARAGOS) | Philippines |
| Kilusang Magbubukid ng Pilipinas (KMP) | Philippines |
| Korea Women Peasant Association -KWPA | South Korea |
| Korean Peasant League (KPL) | South Korea |
| Northern Peasant Federation (NPF) | Thailand |
| Hametin Agrikultura Sustantavel Timor Lorosa'e (HASATIL) | Timor Leste |
| Vietnamese National Farmers Union (VNFU) | Vietnam |
| Candidato a membro: | |
| UNORKA | Philippines |

Fonte: página web da Via Campesina Internacional

Quadro 8

| SUL DA ASIA | |
|---|---------------|
| Organização | Cidade |
| Bangladesh Adivasi Samithy (BAS) | Bangladesh |
| Bangladesh Kishani Sabha (BKS) | Bangladesh |
| Bangladesh Krishok Federation (BKF) | Bangladesh |
| Bharatiya Kisan Union (BKU), Haryana | Índia |
| Bharatiya Kisan Union (BKU), Madhya Pradesh | Índia |
| Bharatiya Kisan Union (BKU), Maharashtra | Índia |
| Bharatiya Kisan Union (BKU), New Delhi | Índia |
| Bharatiya Kisan Union (BKU), Punjab | Índia |
| Bharatiya Kisan Union (BKU), Rajasthan | Índia |
| Bharatiya Kisan Union (BKU), Uttaranchal | Índia |
| Bharatiya Kisan Union (BKU), Uttar Pradesh | Índia |
| Karnataka Rajya Ryota Sangha (KRRS) | Índia |
| Kerala Coconut Farmers Association | Índia |
| Nandya Raita Samakya, Andra Pradesh | Índia |
| Tamil Nadu Farmers Association | Índia |
| All Nepal Peasants' Federation (ANPFA) | Nepal |

| | |
|--|-----------|
| Nepal Agricultural Labor Association | Nepal |
| Nepal National Fish Farmers Association | Nepal |
| Nepal National Peasants Women's Association | Nepal |
| Monlar -(Movement for National Land and Agricultural Reform) | Sri Lanka |

Fonte: página web da Via Campesina Internacional

Quadro 9

| EUROPE | |
|--|---------------------|
| Organização | Cidade |
| Österreichische Bergbauernvereinigung (ÖBV) | Áustria |
| Euskal Herriko nekazarien Elkartasuna (EHNE) | País Basco /Espanha |
| Mouvement d'Action Paysanne-MAP | Bélgica |
| Federation Unie de Groupements d'Eleveurs et d'Agriculteurs (FUGEA) | Bélgica |
| Mouvement International de Jeunesse Agricole Rurale Catholique-(MIJARC-Europe) | Bélgica |
| Frie Boender | Dinamarca |
| Confédération Nationale des Syndicats d'Exploitants Familiaux (MODEF) | França |
| Confederation Paysanne | França |
| Arbeitsgemeinschaft Bäuerliche Landwirtschaft (ABL) | Alemanha |
| Associazione Rurale Italiana (ARI) | Itália |
| Associazione Italiana per l'Agricoltura Biologica (AIAB) | Itália |
| Assocjazzjoni Tal-Bdiewa-ATB | Malta |
| Norsk Bonde - Og Smabrukarlag (NBS) | Noruega |
| Nederlandse Akkerbouw Vakbond (NAV) | Holanda |
| Confederação Nacional da Agricultura (CNA) | Portugal |
| Nordbruk | Suécia |
| Coordinadora de Organizaciones de Agricultores y Ganaderos (COAG) | Espanha |
| Sindicato de Obreros del Campo de Andalucía (SOC) | Espanha |
| Sindicato Labrego Galego (SLG) | Espanha |
| Uniterre | Suíça |
| Confederation of Farmers' Unions (ÇIFÇTI-SEN) | Turquia |
| Candidato a membro: | |
| Esvy Ry (*) | Finlândia |
| NEAK: New Agricultural Movement of Greece (*) | Grecia |
| Ecoruralis (*) | România |
| L'Autre Syndicat (*) | Suíça |
| Scottish Crofting Federation (*) | Escócia/Reino Unido |
| *ainda de ser ratificado pela Conferência Internacional | |

Fonte: página web da Via Campesina Internacional

Neste trabalho situaremos a Via Campesina como sujeito político com referência na concepção gramsciana de sociedade civil. Tal concepção fundamenta-se nas profficuas análises do pensador italiano elaboradas para decifrar a crescente socialização da política que vinha se expressando nas primeiras décadas do século XX. Cabe aqui destacar a seguinte passagem do pensador acerca das determinações do Estado:

Por enquanto, podem-se fixar dois grandes ‘planos’ superestruturais: o que pode ser chamado de ‘sociedade civil’ (isto é, o conjunto de organismos designados vulgarmente como ‘privados’) e o da ‘sociedade política ou Estado’, planos que correspondem, respectivamente a função de ‘hegemonia’ que o grupo dominante exerce em toda a sociedade e àquela de ‘domínio direto’ ou de comando, que se expressa no Estado e no governo ‘jurídico’. Estas funções são precisamente organizativas e conectivas (GRAMSCI, 2000, p. 20-21).

Ainda para Gramsci, a sociedade civil entendida como “a hegemonia de um grupo social sobre toda a sociedade nacional” é “exercida através das organizações ditas privadas”, como os partidos políticos, a igreja, os sindicatos, as escolas, os movimentos sociais e a organização da cultura, incluindo os jornais, as revistas e hoje a televisão e a internet. Nesta mesma perspectiva, Simionatto (2010) resume que a sociedade civil representa o conjunto de aparelhos e estruturas sociais, que buscam dar direção intelectual e moral à sociedade, determinando a hegemonia cultural e política de uma das classes sobre o conjunto da sociedade. É importante esclarecer que a sociedade civil fundada no pensamento gramsciano é concebida como espaço contraditório, atravessado por projetos e interesses de classe distintos. É arena de convencimento, de agregação, de superação de interesses corporativos e particularistas, de articulação das diferentes lutas parciais e cotidianas que podem ser universalizadas em direção à construção da vontade coletiva. É também esfera de ‘preparação ideológica das massas’, de elaboração de novos valores, visões de mundo e modos de pensar, de repolitização, orientação da ação política, formação de novas ideologias e de novos sujeitos políticos coletivos. Implica a luta pelo poder e a construção de uma contra-hegemonia direcionada à emancipação humana, com vistas à superação entre governantes e governados, dirigentes e dirigidos.

Portanto, a sociedade civil não representa um terreno homogêneo como quer a perspectiva neoliberal, mas uma totalidade construída por instituições e organizações que tanto representam os interesses do capital, quanto os interesses das classes subalternas. Por isso, para Gramsci é nela que podem ser construídos projetos de

alianças e busca do consenso ativo entre classes e frações de classes em luta pelo mesmo projeto societário, por meio de um processo progressivo de democratização e de organização da participação popular. Além disso, não se constitui numa esfera situada fora do Estado e de costas para ele, mais um campo de mediações que se articula dialeticamente “no Estado e com o Estado”, representando a famosa fórmula gramsciana do Estado ampliado: “Estado=sociedade+sociedade civil, isto é, hegemonia couraçada de coerção” (GRAMSCI, 2000, p. 244).

Sociedade civil representa, portanto, um *locus* onde são elaborados e viabilizados projetos globais de sociedade, articulam-se capacidades de direção ético-política, onde há disputa de poder e dominação. Um espaço que abriga a plena expansão das individualidades e diferenciações, mas, acomoda também fatores capazes de promover agregações e unificações superiores (NOGUEIRA, 2003).

Diferentemente de Marx, Gramsci situa a sociedade civil no campo da superestrutura o que não significa, no entanto, a sua desvinculação da esfera estrutural. Estrutura e superestrutura formam, para Gramsci, “um bloco histórico, isto é o conjunto complexo e contraditório das superestruturas [...]”, abarcando o “conjunto das relações sociais da produção” (GRAMSCI, 2001, p 250). Além disso, “se os homens adquirem consciência de sua posição social e de seus objetivos no terreno das superestruturas, isto significa que entre estrutura e superestrutura existe um nexos necessário e vital” (GRAMSCI, 2001, p 250).

Essa relação dialética também se evidencia na perspectiva marxista em que o materialismo histórico estabelece que a consciência dos homens fundamenta-se na realidade social, ou seja, no conjunto dos meios de produção, base real sobre a qual se eleva uma superestrutura jurídica e política e à qual correspondem formas de consciência social determinada.

A produção das idéias, das representações e da consciência está, a princípio, imediatamente entrelaçada com a atividade material e com intercâmbio material dos homens, com a linguagem da vida real. [...] Os homens são os produtores de suas representações, de suas idéias e assim por diante, mas os homens reais, ativos, tal como são condicionados por um determinado desenvolvimento de suas forças produtivas e pelo intercâmbio que a ele corresponde, até chegar às formações mais desenvolvidas. A consciência não pode jamais ser outra coisa do que o ser consciente e o ser dos homens é o seu processo da vida real [...] (MARX & ENGELS, 2007, p.93-94).

A construção e organicidade das pautas de luta da Via Campesina é também direcionada a outros países a partir de suas Conferências Internacionais. Deste modo, delineiam-se os grandes temas e os eixos de luta conforme veremos a seguir.

1.2 As Conferências Internacionais

As Conferências Internacionais da Via Campesina foram instituídas como órgãos máximos de decisão política. São realizadas de quatro em quatro anos em países diferentes de forma a atingir regiões do mundo e suas particularidades, cujo Comitê Coordenador Internacional (CCI) é escolhido nestas conferências.

Conforme já mencionadas, essas conferências tiveram sua origem na própria fundação da Via Campesina em Mons (Bélgica), onde houve um encontro de representantes de 55 países que foi considerado, posteriormente, como a I Conferência da Via Campesina.

A II Conferência realizada em 1996 em Tlaxcala (México) contou com a participação de 69 organizações de 37 países. Os temas discutidos foram: Reforma Agrária, invasões de terras, crédito, dívida externa, tecnologia e participação das mulheres. Foi a partir destes temas que, posteriormente, originou-se, como objetivo principal da organização, o conceito de “soberania alimentar”. Nesta conferência também foi instituído como “Dia Internacional da Luta Camponesa”, o dia 17 de abril, em homenagem aos mártires de Eldorado dos Carajás.³ Na mesma época, foi assinado um decreto que reconhece o dia 17 de abril como o “Dia Nacional de Luta pela Reforma Agrária”.

[...], a II Conferência teve expressivos desdobramentos. Pela primeira vez, as bases do conceito de “soberania alimentar” foram discutidas. A caracterização feita em Mons a respeito do modelo de agricultura dominante e a proposta alternativa, isto é, o “caminho camponês”, foram sendo amadurecidas. (BRAGA, 2011)

Na III Conferência realizada em 2000, em Bangalore (Índia), participaram 40 países. A Via Campesina naquela época estava em processo de expansão e

³ É importante salientar que durante esta II Conferência, realizada no México, ocorreu no Brasil o massacre de 19 militantes do MST, em Eldorado do Carajás, no Pará. Este dia foi declarado como o “Dia Internacional da Luta Camponesa” em homenagem aos atingidos no massacre. Atualmente, nesta data acontecem manifestações de apoio à causa campesina em todo o mundo.

consolidação, sendo assim, foi instituída nesse evento a palavra de ordem: “Globalizemos a luta, globalizemos a esperança!”, um lema que viria a acompanhar a organização até os dias de hoje. As temáticas abordadas nesta conferência foram: a construção de identidade e o posicionamento contra o “patenteamento das formas de vida”, aspectos que se referem ao modelo hegemônico na atualidade que centraliza a produção de alimentos e produtos agrícolas nas mãos de empresas multinacionais. Foram abordados ainda os eixos da agenda, nas seguintes áreas: sindical, econômica, política, comunicação, gênero, capacitação e tecnológico.

Na IV Conferência realizada em 2004, na cidade de Itaici (no estado de São Paulo), sob responsabilidade dos movimentos sociais brasileiros integrantes da Via Campesina, participaram 76 países e 400 delegados. Neste evento, somaram-se 40 novos movimentos sociais de diferentes países, sendo a África incorporada como oitava região. A secretaria da organização que até então estava sediada na Holanda, foi transferida para Indonésia, observando-se a descentralização do processo democrático.

Com objetivo de quebrar as barreiras culturais foram incorporadas nesta conferência aquilo que seria denominada de “mística e a lingüística”: manifestação cultural espontânea com as diversas palavras de ordem do evento, emitidas em diferentes línguas. Músicas, festas e cerimônias variadas deram o tom ao encontro cultural, com cerimônias de plantio das sementes de acordo com as diferentes culturas participantes. Os principais temas tratados nesta conferência foram: reforma agrária, biodiversidade e recursos genéticos, soberania alimentar, direitos humanos, agricultura camponesa sustentável, migração e trabalhadores rurais. Além disso, teve-se como resultado final uma declaração que reafirmou: a) a determinação de defender as culturas e o direito de continuar existindo como camponeses e povos com identidade própria; b) a oposição total ao modelo neoliberal; c) a permanência da agricultura camponesa como fundamental para a eliminação da pobreza, da fome, do desemprego e da marginalização; d) a oposição às políticas da OMC, BM e FMI, aos tratados bilaterais de livre comércio e ao bloqueio como arma econômica e política (BRAGA, 2008).

Já a V Conferência realizada em 2008, em Maputo (Moçambique), adotou o lema “Soberania alimentar, já!”, cujos temas discutidos foram: agricultura camponesa, soberania alimentar, dignidade e vida. Na pauta política, os debates centraram-se em diversas temáticas, tais como: a crise econômica mundial, perante a qual reafirmam a luta contra as orientações do Banco Mundial, da OMC, dos Tratados de Livre Comércio (TLCs) e dos acordos de Associação Econômica com a União Européia (EPAs), as lutas

contra as transnacionais, apontando que os alimentos não devem ser negociados nas bolsas de valores, mas servem para alimentar a população e serem produzidos pelos camponeses. Firmaram-se, também, a necessidade de se construir alternativas ao livre comércio do capital buscando uma “outra integração” dos povos. (VIEIRA, 2008)

1.3 A Via Campesina no Brasil

No Brasil, o surgimento da Via Campesina ocorreu também no ano de 1992, em uma conjuntura que demarcava, dois anos depois, a derrota eleitoral de Lula para Fernando Henrique Cardoso. A movimentação da sociedade civil composta pelos movimentos sociais combativos que, na década de 1980, possibilitaram um amplo processo de democratização da política e da ampliação da luta pelos direitos sociais, terá um grande refluxo nos anos de 1990, em decorrência da crise capitalista que, além da recessão econômica e do desemprego, provocou um agravamento das condições de vida da população. Após a eleição de Fernando Henrique Cardoso, o cenário brasileiro foi marcado por um grande processo de despolitização da sociedade civil, de desresponsabilização do Estado à questão social e da ampliação das estratégias neoliberais a favor do capital. Fortaleceu-se uma ideia de sociedade civil gerencial amplamente valorizada pelo seu caráter a-político, de colaboradora do Estado, com práticas filantrópicas, voluntárias e caritativas (DURIGUETTO, 2007).

Boa parte dos movimentos sociais combativos foram cooptados pelo Estado e transformados em Organizações não Governamentais (ONGs), assumindo a perspectiva economicista de utilização de recursos públicos para o desenvolvimento de ações sociais, mas nem sempre de caráter público. Nesse mesmo contexto, por meio da “contrarreforma” do Estado, oficializou-se legalmente o Terceiro Setor, com a criação das Organizações Sociais (OS) e as Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIPS) que deram materialidade à perspectiva de repasse das funções do Estado para a sociedade civil e para o mercado.

Durante o governo Fernando Henrique Cardoso, os movimentos sociais que integram a Via Campesina faziam parte da *Coordinadora Latinoamericana de Organizaciones del Campo* (CLOC) e suas ações encontravam fortes limites decorrentes das políticas agrárias neoliberais instituídas pelo Banco Mundial, especialmente para a América Latina. Segundo a ótica do Banco Mundial, a transferência de terra para as camadas mais pobres só seria possível através de um

mercado de terras, da segurança do direito de propriedade, elementos estes que compunham o projeto chamado de “administração da terra”. Assim sendo, na década de 1990 o tema da Reforma Agrária foi praticamente boicotado pelo governo mantendo-se os grandes latifúndios e o incentivo ao agronegócio. Em âmbito nacional, vários projetos foram implantados com financiamento do Banco Mundial, especialmente no Norte e Nordeste, escamoteando a perspectiva da Reforma Agrária pautada na agenda tanto do MST quanto da Via Campesina. O governo FHC “pressionado pelo elevado número de ocupações de terras e a repercussão internacional dos Massacres de Corumbiara e Eldorado dos Carajás, partilhou desta mesma avaliação”, criando em agosto de 1997, “o Projeto-Piloto de Reforma Agrária e Alívio da Pobreza mais conhecido como Cédula da Terra (PCT)” (RAMOS FILHO, 2011).

Em 2002 a vitória eleitoral de Lula mudou o cenário político-partidário brasileiro gerando uma expectativa positiva na esquerda brasileira, porém esta expectativa foi se dissipando, uma vez que o governo manteve a política macroeconômica do governo anterior, prosseguindo o processo de privatização, manutenção elevada da taxa de juros, aumento do superávit primário, reformas destinadas à diminuição do déficit fiscal, política externa em defesa dos interesses comerciais, privilegiando, principalmente, o agronegócio exportador. Ainda que, em 2004, o presidente tenha se comprometido verbalmente em favor da Reforma Agrária, nos anos seguintes a aliança com as empresas transnacionais e a dependência do capital externo tornaram-se fatores de agravamento da situação no campo. A política macroeconômica e de ajustes, foi reforçada em seus dois mandatos⁴ em detrimento dos pequenos produtores que recebem um mínimo apoio na agricultura familiar. Além disso, a agenda da Reforma Agrária foi passada para um segundo plano, mantendo os privilégios históricos da classe burguesa (FAGUNDES, 2006).

As despesas com o serviço da dívida externa foram muitas vezes superiores aos gastos com áreas sociais fundamentais, como as políticas públicas sociais e as organizações agrárias, que, segundo informações oficiais⁵, o governo teve um crescimento de 121% na área incorporada à reforma agrária entre 2003 e 2010, (PLANALTO, 2010). Por outro lado, o superávit primário aumentou de 3,75% para 4,25% do PIB logo no início do governo (LESBAUPIN, 2008).

⁴ Apesar dos problemas ecológicos, do desmatamento da Amazônia, dos conflitos com povos indígenas, do freqüente questionamento das organizações ecologistas e do próprio Ministério do Meio Ambiente.

⁵ Blog do Planalto

Se nas duas últimas décadas o movimento operário foi um dos mais atingidos pelas políticas neoliberais e pelo processo de reestruturação produtiva com desemprego massivo, fatos que dificultaram enormemente a mobilização dos trabalhadores urbanos, cresceram, por outro lado, os movimentos no campo, com forte mobilização. Em confronto a essa conjuntura, os movimentos sociais camponeses que somaram forças com a Via Campesina desde sua fundação, foram: o MST, MMC, PJR, MPA e MAB, passando a reivindicar ações coletivas por parte do Estado. Ainda que cada movimento tenha diversidade em suas temáticas e agendas, cada qual, além das reivindicações específicas, tem em comum projetos e bandeiras de lutas que evidenciam as contradições econômicas, sociais e políticas presentes na sociedade brasileira. Neste sentido, a Via Campesina tem se constituído em um movimento que permite concretizar ações coletivas, construindo um novo protagonismo, seja no campo dos direitos individuais e coletivos, seja no fortalecimento das lutas sócio-territoriais mediante a construção organizada e unificação de interesses.

Ao ressignificar o interesse coletivo das populações subalternizadas a partir da questão agrária e da função social da propriedade, a Via Campesina no Brasil, segundo documentos da página *WEB* do movimento, buscou rearticular a luta pela sobrevivência e autonomia destas populações mobilizando-as a engajar-se na luta pelo acesso à terra, à ampliação da democracia, à cidadania e a construção de um projeto societário emancipador. Nesse sentido, além da defesa da Constituição, suas práticas tem como perspectiva a necessária superação das estruturas patrimoniais que impedem a superação das desigualdades e da lógica capitalista de ocupação da terra.

Os principais temas, objetivos e estratégias de lutas da Via Campesina passam pela garantia da Soberania Alimentar como um direito fundamental, respeitando a biodiversidade. Os quais serão apresentados a seguir, mediante o detalhamento das lutas sociais e políticas.

2. TECENDO O CAMPO DE LUTAS

2.1 A Luta Social

Tanto nas obras de Marx e Lênin, como em Gramsci, encontramos que as lutas de classe revolucionárias dependem de vários fatores: como o nível de “consciência de classes”, a organização dos trabalhadores, a definição de estratégias e táticas de lutas o conhecimento da conjuntura e da correlação de forças sociais presentes e, ainda, o papel do intelectual orgânico e, mais especificamente, do partido político. Especialmente em Gramsci, encontramos uma tematização relevante quando teoriza sobre a passagem das lutas do campo meramente econômico corporativo ao campo ético-político. Nesse sentido, podemos inferir que as lutas se apresentam através de duas perspectivas: lutas sociais ou reivindicatórias e lutas revolucionárias ou lutas políticas.

Gramsci indica que “o primeiro e mais elementar” momento de luta “é o econômico-corporativo” onde não se observa ainda “a unidade do grupo social mais amplo” O segundo momento “é aquele em que se atinge a consciência da solidariedade de interesses entre todos os membros do grupo social, mais ainda no campo meramente econômico” (2000, p. 40-42).

Esta é a fase mais estritamente política que assinala a passagem nítida da estrutura para a esfera das superestruturas complexas, é a fase em que as ideologias geradas anteriormente se transformam em “partido”, entram em confrontação e lutam até que uma delas, ou pelo menos uma única combinação delas, tenda a prevalecer, a se impor, a se irradiar por toda área sócia, determinando, além da unicidade dos fins econômicos e políticos, também a unidade intelectual e moral, pondo todas as questões em torno das quais ferve a luta não no plano corporativo, mas num plano “universal”, criando assim a hegemonia de um grupo social fundamental sobre uma série de grupos subordinados (GRAMSCI, 2000, p. 41).

Já o terceiro momento indica como se supera “o círculo corporativo de um grupo meramente econômico”, e de que forma são congregados “os interesses de outros grupos subordinados” (GRAMSCI, 2000, p. 40-42).

Nesse sentido, há uma clara relação dialética entre a luta social e a luta política mais ampla, tendo em vista que a primeira pode propiciar o desenvolvimento de uma consciência crítica, podendo atingir o patamar de uma luta política mais ampla e a disputa pela hegemonia. Nessa perspectiva, Duriguetto aponta que a luta social é a

[...] luta pela expansão de direitos sociais, que vão sendo progressivamente conquistados, impondo-se ao Estado, a incorporação também de outros interesses de classe, o que expressa a possibilidade de, ainda sob a dominação da ordem e do Estado capitalista, ter lugar a formulação de políticas que respondam demandas formuladas pelas classes subalternas (DURIGUETTO, 2007, p. 53).

Nas duas últimas décadas as transformações estruturais provocadas pela crise do capital tiveram impacto de grande monta no campo dos direitos sociais e trabalhistas, atingindo tanto a forma de organização dos trabalhadores quanto as agendas dos institutos coletivos de representação. Tanto nos países de capitalismo central, com os ataques ao *Welfare State*, quanto nos países periféricos, as medidas tomadas pelos diferentes governos através do que se chamou de “Reformas do Estado” estiveram atreladas ao ajuste fiscal e ao redirecionamento dos papéis e das funções do Estado, tendo em vista as exigências da economia internacional. O reformismo neoliberal atingiu diretamente as políticas sociais e os direitos conquistados pela luta dos trabalhadores.

No Brasil, durante o governo de FHC, iniciou-se um amplo processo de privatização de grandes empresas estatais “deslocando campos de forças no interior da própria burguesia, desmontando o tripé empresas estatais- empresas privadas nacionais-empresas multinacionais, que deslizou para a predominância da última nos principais eixos de acumulação do capital”. Tais medidas deslocaram o centro das decisões “tornando irrelevante um conjunto de associações públicas construídas em torno das empresas estatais” fragilizando o papel de associações sindicais como a dos petroleiros por exemplo. Nesse sentido “a relação Estado-burguesia se altera radicalmente tornando o Estado uma espécie de refém do novo poder econômico centrado nas multinacionais produtivas e financeiras” (OLIVEIRA, 2007, p. 31).

Este processo prosseguiu no governo Lula, sendo exemplar a reforma da previdência social ocorrida em 2003, focalizando os direitos da população contribuinte, reduzindo o valor de benefícios, estabelecendo limites em benefícios como salários-família e ou auxílio-reclusão, provocando a ampliação na permanência no mercado de trabalho e não incorporando um amplo contingente de trabalhadores pobres inseridos em relações informais, e que atingem aproximadamente 40,6 milhões de pessoas (SALVADOR, 2005). Além disso, a saúde pública sofre com a falta de recursos, o que acarreta a demora de atendimentos, a falta de medicamentos, a redução de leitos e,

portanto, uma forte tendência na restrição na saúde pública universal (BERING; BOSCHETTI, 2007).

Outros dados merecem ser destacados especialmente no que se refere às medidas de retenção de recursos para a formação do superávit primário e que incidem diretamente nos gastos das políticas de seguridade social.

Com a meta atual de superávit de 4,5 do PIB, equivalente a aproximadamente R\$ 70 bilhões de reais, é possível construir 14 milhões de casas populares; ou assentar 2 milhões de famílias sem-terra; ou gerar 3,5 milhões de empregos na agricultura. O aumento do superávit, de 4,25% para 4,5%, do PIB para 2004 reduzirá os gastos deste ano dos governos federal, estadual e municipal em cerca de 4,3 bilhões, o que representa quase 2 vezes o orçamento federal da Reforma Agrária. Quantos outros investimentos sociais deixarão de ser feitos? Sempre é bom lembrar que a política de superávit, adotada desde 1999 por força das exigências do FMI para reduzir a dívida, tem sido cumprida em percentuais sempre maiores do que os exigidos e a dívida pública só cresceu. Isto porque os juros devidos são muito maiores que os superávits gerados. De 1995 a 2003, a dívida líquida do setor público (externa + interna) subiu de 29,35% para 58,16% do PIB (FBO, 2004, p. 5).

A criação de elevados superávits fiscais primários tem, portanto, um grande impacto no orçamento destinado a seguridade social. Dados do Governo Federal sobre o Orçamento da União para o período 2000/2006 evidenciam uma clara redução dos investimentos na área social. Enquanto em 2000 foram destinados 43,8% do orçamento com gastos sociais incluindo previdência e assistência social, educação, saúde, trabalho, cultura, desporto e lazer, habitação e saneamento, este montante foi reduzido em 2003 para 41,9%, aumentado para 45,3% em 2005, com nova queda para 39,4% em 2006 (MINISTÉRIO DA FAZENDA, 2006).

No governo Lula, no âmbito da política social, ocorreu o aprofundamento dos programas do governo anterior, assumindo maior destaque os programas focalizados de combate a pobreza como é o caso do Bolsa Família. Enquanto os gastos em saúde entre 2002 a 2006 passaram de 45,2% para 38,6%, na assistência social passou-se de 9,9% para 20,5 % entre os anos de 2000 a 2006. Não há dúvidas de que o governo Lula, em certa medida, ampliou a Política de Assistência Social com a unificação dos programas de redistribuição de renda “transformando a luta social contra a miséria e contra a desigualdade em um problema de gestão das políticas públicas” [...]. “O programa Bolsa Família garantiu a maciça adesão dos setores mais depauperados das classes subalternas brasileiras ao projeto do governo”. Embora é necessário reconhecer esta perspectiva reformista em favor de algumas demandas das classes subalternas, não

foram alteradas, na realidade brasileira, a concentração de renda com uma crescente “reprodução das desigualdades entre as classes sociais, quando comparada aos incrementos de rendimento dos que vivem da propriedade de ativos como título, imóveis, etc”. (BRAGA, 2010, p. 8-9).

Essa conjuntura incidiu diretamente na agenda de lutas dos movimentos sociais, pois em um período de retração de direitos ampliaram-se as demandas de diversas camadas da classe trabalhadora, tanto no campo como na cidade. O quadro a seguir tem por objetivo apresentar o mapeamento das principais lutas sociais, das ações e das estratégias da Via Campesina, no período compreendido entre 2003/2010.

| Luta Social | |
|--|--|
| Temas e Demandas | Ações e estratégias |
| | 2003/2010 |
| <p>Soberania Alimentar: como direito dos povos de decidir sobre sua própria política agrícola e alimentar.</p> <ul style="list-style-type: none"> - Reforma Agrária, e acesso à terra. - Democratização da água; - Reivindicação pela preservação do meio ambiente. <p>Políticas e Direitos Sociais:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Proteção à Saúde; - Garantia de igualdade de gênero; - Melhoria no sistema previdenciário: acesso e permanência dos trabalhadores/as rurais no Regime Geral da Previdência Social; - Acesso à moradia digna; - Acesso à educação de qualidade; - Defesa da agricultura familiar. <p>Direitos Humanos:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Garantia do direito de igualdade entre gêneros; - Fim da criminalização no campo; - Demarcação das terras das comunidades indígenas e de | <p>Manifestações</p> <p>Fechamento de ruas, rodovias;</p> <p>Atos frente a instituições públicas</p> <p>Ocupações de espaços públicos e privados;</p> <p>Cartas com abaixo-assinados dirigidos às organizações nacionais e internacionais, governantes;</p> <p>Assembléias,</p> <p>Acampamentos;</p> <p>Jornadas;</p> <p>Feiras;</p> <p>Elaboração de documentos: artigos, cartilhas, panfletos.</p> |

| | |
|-----------------------------|--|
| remanescentes de quilombos; | |
|-----------------------------|--|

Quadro 10 realizado pela autora

2.1.1 A Soberania Alimentar como eixo da luta

A idéia de “Soberania Alimentar” foi lançada na Cúpula Mundial sobre Alimentação realizada pela FAO, em 1996, em Roma. A concepção da FAO vincula-se à idéia de incentivar os governos do mundo inteiro a adotar políticas de combate à fome e a garantia do acesso físico e econômico das pessoas à alimentação básica. O objetivo principal da FAO volta-se à erradicação da fome no mundo, tendo em vista os dados de que haveria 680 milhões de pessoas famintas no mundo até 2010, sendo mais de 250 milhões somente na África Subsariana (FAO *apud* CAMPOS, 2007).

A principal bandeira da organização é, portanto, a Soberania Alimentar, cujo conceito começou a ser discutido na II Conferência, realizada no México em 1996, da seguinte maneira:

A Soberania Alimentar é o direito dos povos a definir seus próprios sistemas alimentares e agrícolas; a proteger e regular a produção e o comércio agrícola internos para alcançar objetivos de desenvolvimento sustentável; a determinar seu grau de auto-suficiência; a limitar o dumping de produtos em seus mercados (...) (VIA CAMPESINA, 2011).

A Via Campesina se contrapõe, assim, à concepção da FAO defendendo a Soberania Alimentar na concepção de direito dos povos a uma alimentação saudável e adequada a cada cultura. Em outras palavras, a Soberania Alimentar, deveria possibilitar uma produção sustentável, na qual cada povo deveria ter o direito de definir seus próprios sistemas agrícolas e alimentares. Da mesma maneira, a Soberania Alimentar, nesta concepção deveria desenvolver um modelo de produção camponesa sustentável que favorecesse as comunidades e o meio ambiente, priorizando a produção e consumo local de alimentos.

Esta concepção abriu o leque para organizar, internacionalmente, o direito de cada país de proteger suas produções locais, garantindo o direito de uso e gestão da terra, territórios, águas, sementes, biodiversidade e que estes permanecessem nas mãos de quem produz.

La soberanía alimentaria da prioridad a la producción y consumo local de alimentos. Proporciona a un país el derecho de proteger a sus productores locales de las importaciones baratas y controlar la producción. Garantiza que los derechos de uso y gestión de tierras,

territorios, agua, semillas, ganado y biodiversidad estén en manos de quien produce alimentos y no del sector empresarial. Así, la implementación de una auténtica reforma agraria constituye una de las prioridades del movimiento campesino. (VIA CAMPESINA, 2011)

A concepção de Soberania Alimentar surgida na década de 1990, a partir dos movimentos sociais do campo, centrou-se na articulação de todos os que discordavam das políticas agrícolas neoliberais impostas aos governos do mundo inteiro sobre a orientação dos organismos internacionais (OMC, BM, FAO). No início do século XXI, o debate sobre segurança Alimentar volta à tona através da ONU que lança os objetivos do milênio, tendo por base o tema da pobreza e da fome como questões a serem superadas no mundo até o ano de 2015. Contrapondo-se a FAO, a Via Campesina entende que: “segurança alimentar significa que cada criança, cada mulher e cada homem devem ter a certeza de contar com alimento suficiente para cada dia”. (CAMPOS, 2007). Portanto, propõe o seguinte conceito de Soberania Alimentar,

O direito dos povos de definir suas próprias política e estratégias sustentáveis de produção, distribuição e consumo de alimentos que garantam o direito a alimentação para toda a população com base na pequena e média produção, respeitando suas próprias culturas e a diversidade de modos camponeses, pesqueiros e indígenas de produção agropecuário, de comercialização e de gestão dos espaços rurais, nos quais a mulher desempenha um papel fundamental. A soberania alimentar favorece a soberania econômica, política e cultural dos povos. Defender a soberania alimentar é reconhecer uma agricultura com camponeses, indígenas e comunidades pesqueiras, vinculadas ao território; prioritariamente orientada a satisfação das necessidades dos mercados locais e nacionais [...] (VIA CAMPESINA, 2011 *apud* CAMPOS, 2007 p. 8).

Esse conceito de Soberania Alimentar assumido pela Via Campesina questiona a transformação dos produtos agrícolas através das regras de mercado, que maximiza os lucros capitalistas colocando “em risco o abastecimento alimentar das populações, a diversidade alimentar dos povos e a preservação da biodiversidade” (CAMPOS, 200, p. 13). A Via Campesina, portanto, se fundamenta

[...] en un fuerte sentido de unidad y solidaridad entre pequeños y medianos productores agrícolas procedentes del Norte y del Sur. El principal objetivo del movimiento es hacer realidad la soberanía alimentaria y detener el destructivo proceso neoliberal. Se basa en la convicción de que las campesinas y los campesinos, incluyendo a los pequeños pescadores, pastores y pueblos indígenas, que constituyen casi la mitad de la población mundial, son capaces de producir alimentos para sus comunidades y alimentar al mundo de forma sana y sostenible (VIA CAMPESINA, 2011).

Na proposta desta organização podem ser identificados dois projetos de agricultura: o do agronegócio e do campesinato, cujas lógicas produtivas e objetivos são bastante distintos e antagônicos. Utilizando-se de teorias marxistas, Campos nos apresenta a seguinte análise:

O camponês e a camponesa produzem tendo como objetivo atender as necessidades de sua família seguindo a lógica que Marx chamou de M-D-M. Ou seja, produzem mercadorias pela venda das mesmas, obtém dinheiro com o qual adquirem outras mercadorias para atender necessidades (CAMPOS, 2006, p. 13).

Para Marx esta é a lógica do valor de uso em que a produção se volta para a satisfação das necessidades dos indivíduos sociais sem objetivar o lucro, e portanto, contraposta à lógica capitalista. Em outra situação exemplificada por Marx pela fórmula “D-M-D” que tem seu processo que começa com dinheiro, sendo este aplicado na compra de mercadorias como, por exemplo, máquinas, matérias primas e força de trabalhos voltadas para a produção de novas mercadorias, objetivando-se com sua venda a obtenção de mais dinheiro. Nesta situação o objetivo não é atender necessidades, mas acumular capital (MARX, 2008, p. 180). Apontam ainda que a Soberania Alimentar não nega o comércio internacional, mas sim “[...] defende a opção de formular as políticas e práticas comerciais que atendam melhor aos direitos da população à alimentação e a dispor de produtos agrícolas inócuos, saudáveis e ecologicamente sustentáveis” (VIA CAMPESINA, 2011).

Durante a Cúpula Mundial sobre Alimentação, em 1996, a Via Campesina apresentou uma série de princípios que reforçam a construção de alternativas às políticas mundiais de comércio, no sentido de tornar realidade o direito das pessoas à alimentação. Assim, a Soberania Alimentar implica o direito dos indivíduos, dos povos, das comunidades e dos países a:

- alimentação e a produção de alimentos, como direito de todos a alimentos, nutritivos e culturalmente apropriados aos recursos para produzi-los e suprir as suas próprias necessidades e as de sua comunidade;
- definir suas próprias políticas agrícolas, trabalhistas, pesqueiras, alimentares e de manejo de solos e água, que sejam ecológica, econômica e socioculturalmente apropriadas para a população e seus contextos específicos;

- manejar, utilizar e controlar os recursos naturais que preservam a vida como a terra, a água, as sementes, as raças de gado e uma maior biodiversidade agrícola, sem restrições impostas pelo direito à propriedade intelectual e livres de organismos geneticamente modificados;
- produzir e colher alimentos de forma ecologicamente sustentável, principalmente por meio da produção orgânica e com poucos insumos externos, assim como, por meio da pesca artesanal;
- definir seu próprio grau de auto-suficiência alimentar e desenvolver sistemas alimentares autônomos que reduzam sua dependência dos mercados globais e das grandes corporações;
- proteger e regular a produção e o comércio domésticos, prevenir o *dumping* de alimentos em seus mercados, bem como, dispensar a assistência alimentar que não seja necessária (MST, 2011).

Sob a bandeira da Soberania Alimentar, a Via Campesina tece o tramado das suas ações e lutas e, a partir desta, outras são agregadas como a defesa e ampliação de políticas públicas e a luta pelos direitos humanos.

2.1.2 Políticas e Direitos Sociais (Direitos Humanos)

Conforme apontamos no quadro, e a partir da bandeira da Soberania Alimentar, a Via Campesina inclui na sua pauta de lutas a defesa e a ampliação dos direitos sociais e humanos, assim como, das políticas públicas necessárias à sua efetivação. Entendemos que as políticas sociais, surgidas nos capitalismo dos monopólios é produto da relação dialética e contraditória entre “capital x trabalho, Estado x sociedade e princípios da liberdade e da igualdade que regem o direito da cidadania” (PEREIRA, 2008 p. 166). Assim, se a política social atende de um lado as necessidades dos capitalistas, também atende, por outro, à classe trabalhadora que através de suas lutas busca inserir na esfera estatal as demandas das classes subalternas. A política social não é, portanto, uma ““decorrência natural’ do Estado burguês capturado pelo monopólio” [...]. “A vigência deste apenas coloca a sua possibilidade – sua concretização” [...] “decorrem fundamentalmente da capacidade de mobilização e organização da classe operária e do conjunto dos trabalhadores, a que o Estado, por vezes responde com antecipações estratégicas” (NETTO, 1992 p. 29)

A luta pela concretização de direitos sociais precisa levar em conta que o Estado e a sociedade são espaços contraditórios mesmo que sob uma hegemonia conservadora. Conforme explicitam Bering e Boschetti (2007), nem o Estado nem o governo, nem a sociedade ou as instituições que a compõem se constituem como blocos monolíticos ou espaços homogêneos, mas por forças sociais e confronto. Compreender essas contradições está na base da luta por uma contra-hegemonia, ou seja, pela disputa do poder.

Na agenda da Via Campesina pode-se observar, a partir do quadro 10 apresentado, as principais lutas no campo dos direitos e das políticas sociais relacionadas ao atendimento de necessidades de sobrevivência, mas que ao mesmo tempo se apresentam como possibilidades de ampliação da consciência política. O direito à saúde, à educação, à moradia relacionados a imediaticidade da vida cotidiana, somam-se a lutas cujo caráter abrangem toda a sociedade como a defesa do meio ambiente, da água, da terra, das formas de produção dos alimentos. Seguindo a concepção de política social anteriormente colocada, a afirmação de tais direitos requerem os fortalecimento dos movimentos sociais fazendo com que as lutas parciais sejam articuladas em projetos coletivos mais amplos, uma vez que estas demandas também são reivindicadas por outros segmentos da classe trabalhadora. Dessa forma, “trata-se de reconhecer que a consolidação da democracia, da cidadania e das políticas sociais, como ante-sala da construção de uma sociedade socialista, requer o fortalecimento das lutas e movimentos sociais mais gerais de defesa dos interesses da classe trabalhadora” (BERING e BOSCHETTI, 2007, p. 199).

Em relação aos direitos humanos este é um tema que vem aparecendo na agenda de diversos movimentos e organizações sociais desde as duas últimas décadas, especialmente devido ao crescente processo de criminalização dos movimentos sociais. No Brasil a violação dos direitos humanos contra os movimentos sociais, como a repressão às manifestações do MST, do MMC, do MAB, dos povos indígenas e da Via Campesina, tem fortalecido as lutas dos movimentos sociais e a pressão contra o Estado para a criação de mecanismos legais contra os abusos praticados contra os mesmos, com favorecimento muitas vezes de interesses privados. Entre as questões mais comuns destacam-se direitos dos presos, das mulheres e das crianças, dos povos indígenas, da violência no campo e do trabalho escravo.

A discussão dos direitos humanos no Brasil por parte do Estado ainda é recente. Os longos anos de Ditadura Militar, ainda hoje colocam impasses na discussão desses

temas. Em 2009, foi aprovado no Brasil o Programa Nacional dos Direitos Humanos PNDH, instituído em 1996, e atualizado através do Decreto nº 7.037 de 2009, vinculado à Presidência da República e constituído pelas seguintes diretrizes:

- Interação democrática entre Estado e Sociedade civil
- Desenvolvimento e Direitos Humanos
- Universalização de Direitos em um contexto de desigualdades
- Segurança Pública. Acesso à justiça e combate à violência
- Educação e cultura em direitos humanos
- Direito à Memória e a Verdade

O programa é composto por um Comitê de Acompanhamento e Monitoramento integrado por representantes de vários Ministérios e coordenado pelo Secretário Especial dos Direitos Humanos da Presidência da República. Cabe a este designar os representantes do Comitê e convidar representantes dos demais Poderes da sociedade civil e dos entes federados para participarem de suas reuniões e atividades.

2.2 Luta Política

A luta política é conceituada neste trabalho por meio da concepção gramsciana de grande política. Para o pensador italiano, a grande política está relacionada à “reorganização radical do Estado” e “compreende as questões ligada à fundação de novos Estados, à luta pela destruição, pela defesa, pela conservação de determinadas estruturas orgânicas econômico-sociais” (GRAMSCI, 2000, p. 21). Por sua vez “a pequena política compreende as questões parciais e cotidianas que se apresentam no interior de uma estrutura já estabelecida em decorrência de lutas pela predominância entre as diversas frações de uma mesma classe política” (GRAMSCI, 2000, p. 21).

Conforme assevera Marx, o movimento social não “exclui o movimento político. Não há jamais movimento político que não seja, ao mesmo tempo, social” (MARX, 1985, p. 160). Segundo Duriguetto (2007), para Marx a política que organiza, dá direção e administração da sociedade, e não se reduz ao Estado, apesar da ordem burguesa ter como núcleo do poder político o Estado. A autora afirma que “a revolução do proletariado requer a dominação e a extinção do poder estatal” (DURIGUETO, 2007 p. 52). Em outras palavras, a luta política diz respeito à construção de uma nova

hegemonia, sendo esta intrínseca à luta de classes. Também na perspectiva marxista a ação política diz respeito que

É no campo da política que devem ser travadas as lutas pela realização dos interesses universais dos trabalhadores. A emancipação do proletariado seria obra de sua própria ação política coletiva organizada. São suas instancias político-organizativas, como o partido, que desenvolveriam a passagem da consciência de “classe em si” para a de “classe para si” (DURIGUETO, 2007, p. 52).

A noção de “classe em si à classe para si”, tematizadas por Marx e Engels tanto no *Manifesto do Partido Comunista*, quanto no *O 18 Brumário* (1987), tem a mesma perspectiva analisada por Gramsci quando se refere à passagem do momento econômico-corporativo ao momento ético-político, quando então ocorre a expansão máxima das classes subalternas e cujo “desenvolvimento e expansão são concebidos e apresentados como a força motriz de uma expansão universal, de um desenvolvimento de todas as energias ‘nacionais’” (2000, p. 41-42).

No quadro, apontaremos os temas e demandas da organização e situaremos as estratégias de lutas que esses temas direcionaram.

| Luta Política | |
|--|--|
| Temas e Demandas | Ações e estratégias |
| | 2003/2010 |
| <ul style="list-style-type: none"> - Soberania Alimentar; - Reforma Agrária; - Superação do capitalismo e do neoliberalismo; - Construção do socialismo; - Socialização do poder e redistribuição da riqueza; - Construção de uma sociedade igualitária, solidária, humanista e ecologicamente sustentável; - Fim de todas as atividades bélicas; | <p>Assembléias para discutir:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Formas de romper com a lógica neoliberal e luta contra o sistema capitalista. - Debate sobre a re-significação da cultura camponesa e o valor do trabalho individual e coletivo. <p>Conferências internacionais:</p> <ul style="list-style-type: none"> - 5 conferências, onde são construídas as agendas e ações de luta, escolha de representantes e comissões para pensar os direcionamentos da organização. <p>Manifestações escritas e campanhas:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Artigos com os seguintes temas: alternativas ao agronegócio, implementação da Reforma Agrária, posicionamentos contra as hidroelétricas, debate sobre o mono cultivo, acumulação capitalista, consciência de classe, transformação social. <p>Manifestações Presenciais: Envolvem estratégias, que vão desde o fechamento de ruas, rodovias, passando</p> |

| | |
|----------------------------|--|
| Luta contra o imperialismo | <p>por atos em instituições públicas e ocupações de espaços públicos e privados.</p> <p>Reuniões com debate dos seguintes temas:</p> <ul style="list-style-type: none"> - conjuntura atual e as ações políticas do Estado; - estudo de propostas e alternativas para a política econômica do país; - a importância da formação de consciência da classe trabalhadora e sua instrumentalização na acumulação de forças voltadas à construção de um outro projeto societário. |
|----------------------------|--|

Quadro 11 realizado pela autora

2.2.1 Soberania Alimentar e Reforma Agrária

Embora a Soberania Alimentar e a Reforma Agrária se constituem em políticas sociais, conforme situamos anteriormente, elas também fazem parte da luta política, na medida em que são temas estruturantes e articuladores das demais ações da Via Campesina. A Soberania Alimentar serve como base para direcionar as lutas, no sentido de, a partir dela, trabalhar a consciência de classe, a superação da ideologia neoliberal hegemônica, a re-significação da produção, a superação do latifúndio e a distribuição de terras. São lutas, portanto, vinculadas à defesa de um novo projeto de nação relacionado à especificidade brasileira e também de um projeto global de sociedade fundado na construção coletiva internacional.

Estes temas envolvem contradições uma vez que, sendo esta uma sociedade regida pelo modo de produção capitalista, vários óbices se apresentam no desenvolvimento de ações, muitas vezes necessárias à manutenção e atendimento das necessidades imediatas de sobrevivência. Podemos citar, por exemplo, a venda dos produtos por eles produzidos na lógica do mercado e do capital. Mesmo atravessados pela lógica do valor de troca, os relatos de experiências apresentados em documentos da Via Campesina identificam a busca constante pela construção de um outro modo de vida mediante o exercício do valor de uso, ou seja, a troca de produtos de acordo com as necessidades. Estas ações ocorrem anualmente nas feiras da Via Campesina.

2.2.2 Defesa do Socialismo

Um dos grandes horizontes da Via Campesina é a superação do capitalismo não no sentido de criticar a burocratização, institucionalização, o abandono das lutas de enfrentamento nas organizações, mas em identificar o processo que levou estas organizações políticas a assumirem essa postura. Se em um primeiro momento defendem concessões necessárias no plano mais imediato, isso se constitui em momento fundamental preparatório para transformar as organizações, ampliar sua consciência de classe e, conseqüentemente, trazer mudanças decisivas para a luta de classes.

Na realidade contemporânea a destrutividade do capital abarca os domínios econômico, tecnológico, cultural, político e também o domínio do campo da agricultura, dos recursos de energia e de matérias primas apresentando-se, no limite, como ameaças a todo planeta sintetizadas naquilo que Mézáros (2003) designa como “extermínio da humanidade”. As últimas décadas vividas sob ideologia neoliberal na América Latina, incluindo o Brasil, têm evidenciado como o processo das classes dominantes vão consolidando a desarticulação da classe trabalhadora, tentando sempre impedi-la na construção de uma contra-hegemonia. Mesmo assim, os movimentos surgidos a partir “dos de baixo” têm procurado, através de suas organizações coletivas, construir propostas de luta e ações estratégicas contrapostas a um modelo capitalista.

Neste processo, pode-se dizer que a Via Campesina vem contribuindo para a construção de uma estratégia revolucionaria que Gramsci denomina de “guerra de posição”, ou seja, “em conquistas progressivas ou ‘processuais’ de espaços de direção político-ideológica e de formação de um consenso organizado e participativo no vasto campo da sociedade civil” (*apud* DURIGUETTO 2007 p 58-59). É nesse terreno que se coloca possibilidade de formação de uma “vontade coletiva nacional-popular”, que se manifesta mediante a ascensão de uma nova classe o bloco de classes ao poder político, ou seja, à criação de um novo “bloco histórico”.

Aliás, a conquista da hegemonia, para Gramsci,

Deve preceder a tomada do poder, ou seja, a classe que se propõe uma transformação revolucionaria da sociedade deve ser dirigente já antes de conquistar o poder governamental (esta é uma das condições principais para a própria conquista do poder); depois, quando exerce o poder e mesmo se o mantém fortemente nas mãos, torna-se dominante mas deve continuar a ser também “dirigente” (GRAMSCI, 2002, 62-63).

Deste modo, a transição para o socialismo se concretiza a partir de uma direção de classe que se efetiva através de um processo progressivo de democratização, de conquista de espaços políticos, de participação popular, crítica e organizada (DURIGUETTO, 2007). Nesse sentido, Gramsci entende que as potencialidades de uma democracia radical, que busca a socialização do poder político e da riqueza socialmente produzida, requer pensar a relação orgânica entre hegemonia e democracia. Ou seja,

Entre os muitos significados de democracia, parece-me que o mais realistas de concreto se possa deduzir em conexão com o conceito de hegemonia. No sistema hegemônico, existe democracia entre o grupo dirigente e os grupos dirigidos na medida em que o desenvolvimento da economia e, por conseguinte, da legislação que expressa este desenvolvimento, favorecem a passagem molecular dos grupos dirigidos para o grupo dirigente (GRAMSCI, 2000, p. 287).

Gramsci compreende, portanto, que a luta pelo socialismo requer a realização de um processo democrático a ela inerente, pois para ele não há socialismo sem democracia. Isso difere da perspectiva de construção democrática e de descentralização vividas no Brasil a partir da Constituição de 1988. Embora a ampliação da participação popular através de diferentes espaços e de movimentos sociais, na luta pela ampliação das conquistas democráticas e de defesa da esfera pública, se constituam como momentos fundamentais na preparação das classes sociais, estes se diferenciam da luta empreendida por organizações como a Via Campesina e o MST, por exemplo. Conforme indica Marini (2007), a luta pela democracia é a luta contra a dominação e a exploração de muitos por uns poucos, é a luta por uma ordem social tendente à justiça e à igualdade, é, em suma, ali onde se torna mais definitiva a luta pelo socialismo.

A luta pelo socialismo presente nos documentos da Via Campesina permite-nos situá-la com uma organização da sociedade civil com um caráter radicalmente classista [...], uma esfera do Estado saturada [...] pela contradição capital e trabalho conformada na estrutura econômica” (DURIGUETTO, 2007, p. 124). Nesse sentido, a democracia participativa, momento fundamental na preparação das classes, não esgota em si a construção de um projeto socialista e emancipador.

No período 2003-2010, que corresponde as duas gestões do governo Lula, foi possível identificar os impasses encontrados pela Via Campesina e os movimentos sociais que a integram na construção desse projeto. Contribuiu para isso a posição do governo pós-2005, quando as reivindicações da organização não foram mais

contempladas pelo governo, especialmente a Reforma Agrária, questão assumida quando da eleição do governo Lula. Outras implicações podem ser verificadas no interior dos próprios movimentos sociais, como a “cooptação” e o “transformismo” em que intelectuais ou grupos inteiros aderem às propostas do governo, desrespeitando a agenda de lutas construídas coletivamente. Além disso, é também necessário mencionar as investidas do capital e do Estado no Brasil para “conter os avanços das classes trabalhadoras” e o desespero destas frentes, “conjunto de políticas macroeconômicas determinadas pelos organismos internacionais, tentando incorporar parcelas da antiga militância política e sindical anteriormente opositoristas a esse processo” (DIAS, 2006, p. 225).

A Via Campesina evidencia uma práxis política, em um movimento social amplo e articulado de mulheres trabalhadoras do campo e da cidade, movimentos sociais diversos. Enfim, todos os segmentos da classe trabalhadora cuja perspectiva potencializa seu poder de crítica e autocrítica, desafiando os “avanços absolutamente destrutivos do capital”, o poder do Estado, buscando “dar um salto ontológico em direção à emancipação ao exigir a construção de uma sociabilidade que seja efetivamente capaz de realizar a igualdade substantiva” (CAMPOS, 2007, p. 82).

3. ESTRATÉGIAS DE LUTA

As estratégias de luta dizem respeito ao modo pelo qual as classes sociais, através de seus espaços organizativos e de representação coletiva, buscam operacionalizar os objetivos traçados com vistas à obtenção de resultados. Estas devem levar em conta uma análise “concreta das situações concretas”, ou seja, da correlação de forças presentes em cada conjuntura, identificando os momentos mais propícios a cada ação, o público alvo (quem se pretende atingir), as pessoas envolvidas nas diferentes esferas, o potencial de mobilização e os instrumentos que possibilitam materializar os objetivos.

Embora de forma bastante descritiva, relacionamos a seguir, as principais estratégias utilizadas pela Via Campesina e seu impacto em relação aos objetivos e resultados. Tais estratégias abarcaram tanto a luta no campo social quanto no campo político.

3.1 Manifestações Escritas

Diversas manifestações, como cartas com abaixo-assinados, dirigidas a organizações internacionais como ONU, FAO, UNESCO, FMI, evidenciam que a globalização é o resultado da divisão do trabalho e a importância de entender as expressões desta, tais como: o aumento da fome e das enfermidades graves e mortais; o aumento significativo da pobreza, o crescente fosso entre ricos e pobres; a violação dos direitos humanos e a repressão política; a mercantilização e privatização da natureza e das terras agrícolas tradicionais, a privatização e contaminação da água e do ar; a extração incessante de minerais e a sua destruição, a apropriação e a concentração da terra produtiva; a destruição das tradições, conhecimentos e métodos de produção camponesa; as mudanças climáticas, e o incremento dos preços dos alimentos básicos (VIA CAMPESINA, 2011). Outro ponto polêmico refere-se às negociações realizadas pelos países sem o consentimento da população, com a OMC e o acordo TLCAN (Tratado do Livre Comércio da América do Norte) que segundo a organização, só atendem às grandes corporações transnacionais em detrimento da grande maioria da população.

Aos Governantes nas três esferas do poder Executivo, Legislativo e Judiciário, reivindicando:

- Reforma Agrária;
- Propostas de novos modelos para a agricultura camponesa;
- Desapropriação dos latifúndios;
- Demarcação das terras das comunidades indígenas e de remanescentes de quilombos;
- Implantação de agroindústrias nos municípios do interior, nas cooperativas e associativas;
- Produção de sementes pelos próprios agricultores/as;
- Proibição da produção e consumo de transgênicos;
- Preservação do meio-ambiente e democratização do acesso a água;
- Melhoria do sistema previdenciário e acesso e a permanência dos trabalhadores/as rurais no Regime Geral da Previdência Social;
- Garantia de acesso à educação de qualidade em todos os níveis;
- Elaboração de políticas específicas para cada região do país;
- Transposição do rio São Francisco - manifestam o apoio ao gesto do Bispo, contra a transposição do rio São Francisco, pois consideram que o gesto representa a luta da Via Campesina contra o agro e hidronegócio e sua defesa da terra, da água e da biodiversidade como bens povo. Colocam que por detrás da transposição há grandes interesses econômicos nacionais e internacionais que são os mesmos que estão por trás das usinas do rio Madeira, da produção em massa de etanol, das florestas e nas demais riquezas naturais do Brasil.

3.2 Artigos

Os artigos expressam o posicionamento da organização ante os acontecimentos conjunturais e estruturais, abordando diferentes temáticas como: campanha contra o latifúndio, reforma agrária, defesa da agricultura familiar, defesa do meio ambiente e discussão dos projetos de barragens, soberania alimentar, igualdade de gênero, violência, direitos humanos e sociais, dentre outras. Nestes artigos se evidencia, geralmente, o posicionamento da organização frente às expressões da questão social e as propostas possíveis para o seu enfrentamento.

Através dos artigos pode-se verificar a disseminação de teorias que possibilitam, “acelerar o processo histórico em ato, tornando a prática mais homogênea, coerente, eficiente em todos os seus elementos, isto é, elevando-a à máxima potência”. Nesse sentido, a relação teoria-prática torna-se “um ato crítico, pelo qual se demonstra que a prática é racional e necessária ou que a teoria é realista e racional” (GRAMSCI, 2001, p.260). A teoria “deve fazer-se realidade efetiva” (GRAMSCI, 2001, p.189), possibilitando aos homens “criticar a própria concepção de mundo”, para que se torne “unitária e coerente”. Afinal,

Quando a concepção do mundo não é crítica e coerente, mas ocasional e desagregada, pertencemos simultaneamente a uma multiplicidade de homens-massa, nossa própria personalidade é compósita, de uma maneira bizarra: nela se encontram elementos dos homens das cavernas e princípios da ciência mais moderna e progressista, preconceitos de todas as fases históricas passadas estreitamente localistas e intuições de uma futura filosofia que será própria do gênero humano mundialmente modificado (GRAMSCI, 2001, p. 94).

Pode-se dizer assim que os artigos possibilitam repassar elementos potencializadores de uma nova subjetividade, de uma nova ideologia que tematiza as contradições sociais, impulsiona novas ações mais críticas e propositivas

3.3 Elaboração de Cartilhas com os seguintes temas

Os artigos e as cartilhas se apresentam como instrumentos centrais utilizados para a formação política dos integrantes da organização. São materiais elaborados por integrantes dos movimentos e por intelectuais que buscam problematizar a realidade e imprimir direção ao movimento. Pode-se dizer que são ferramentas importantes na construção da "consciência de classe" e nas diferenças de projetos de classe, na compreensão das contradições sociais e na disseminação de uma visão de mundo crítica para além do domínio do capital. Segue uma listagem das cartilhas, com seus respectivos temas:

A NATUREZA DO AGRONEGÓCIO NO BRASIL (2005) - O objetivo desta cartilha é reunir informações que permitam aos militantes entender a evolução da organização capitalista da agricultura brasileira e a natureza desse novo modo de organizar, que a classe dominante vem chamando de agronegócio. Aborda temáticas como: A evolução histórica da agricultura brasileira abrangendo discussões sobre, o modelo agro-exportador, de industrialização dependente e agrícola dentro do

neoliberalismo; o agronegócio, sua natureza no Brasil, seu caráter ideológico mediante a falsa propaganda o favorecimento à classe burguesa, o apoio do governo Lula ao agronegócio e o seu peso na agricultura brasileira, as denúncias contra fazendeiros do agronegócio, práticas de trabalho escravo, etc.

O LATIFUNDIO DOS EUCALIPTOS (2006) - Informações básicas sobre as monoculturas de árvores e as indústrias de papel. Esta cartilha é uma resposta à desobediência civil, contra a empresa multinacional Aracruz Celulose, praticada pelas mulheres da Via Campesina para chamar a atenção dos males que as monoculturas do agronegócio multinacional, em especial os novos latifúndios de eucalipto e pinus, causam ao povo e ao meio-ambiente. Nesta cartilha, procuram trazer um conjunto de informações para aprofundar o debate e o estudo sobre o tema, provocado e iniciado com o conjunto da população. Os pontos abordados são: o eucalipto; o pinus; acácia negra; as monoculturas; monoculturas de eucalipto e pinus; o novo tipo de Latifúndio; as multinacionais do eucalipto; deserto verde; a sujeira do papel branco; o princípio da precaução; as leis que protegem; mulheres enfrentam; por que o ato na Aracruz; os vendilhões da natureza.

SOBERANIA ALIMENTAR OS AGROCOMBUSTÍVEIS, E A SOBERANIA ENERGÉTICA (2007) - Frente à ofensiva do capital internacional sobre a agricultura, a Via Campesina – internacional e Brasil – consideram que é necessário estudar constantemente para ter a capacidade de entender o que de fato está acontecendo na atualidade. Com esse objetivo reuniram na cartilha os mais recentes artigos e ensaios sobre os temas da soberania alimentar, soberania energética e as ofensivas do capital neste campo. As temáticas abordadas são: Agrocombustíveis x Soberania Alimentar; Fórum Mundial de Soberania Alimentar; Balanço do Fórum Mundial de Soberania Alimentar; A experiência europeia de combustíveis renováveis, com destaque para os óleos vegetais; agroenergia X soberania alimentar: a questão agrária do Século XXI; a ofensiva do imperialismo verde; biocombustíveis e transgênicos; a era dos biocombustíveis e a reprodução do capital. Fórum de Resistência ao agronegócio.

A OFENSIVA DA DIREITA PARA CRIMINALIZAR OS MOVIMENTOS SOCIAIS NO BRASIL (2010) - Ante à fragilização dos direitos da classe trabalhadora, numa sociedade regida pelos interesses do capital, não basta assegurar os direitos na

forma de lei. O movimento considera que é preciso criar condições e mecanismos para que, na ação política, o direito já declarado se transforme em direito real. Para tal, abordam nesta cartilha a questão dos direitos humanos com os seguintes pontos: criminalização dos movimentos sociais; o Rio Grande do Sul vive um Estado de exceção; os inimigos da Reforma Agrária; os boicotes à uma luta legítima, a repressão; Manifesto em defesa da democracia e do MST; Contra a violência do agronegócio; Carta aberta ao presidente da CPMI.

A DEFESA DO CÓDIGO FLORESTAL E A PRODUÇÃO DE ALIMENTOS SAUDÁVEIS PELA AGRICULTURA CAMPONESA (2010) - A Via Campesina Brasil produziu este material com o intuito de divulgar e aprofundar o debate acerca das alterações do Código Florestal e de suas conseqüências. Os pontos abordados na cartilha são: Conhecendo o Código Florestal Brasileiro; o agronegócio e suas motosserras; a destruição do Código Florestal Brasileiro; a proposta da agricultura camponesa para a melhorar o Código Florestal e os próximos passos nessa luta.

Os temas tratados acima fornecem elementos problematizadores da realidade, permitindo "desconstruir o discurso racional burguês", construir novas crenças e novos estímulos para a ação. A esse respeito, cabe retomarmos a indagação de Gramsci:

[...] é preferível “pensar” sem disto ter consciência crítica, de uma maneira desagregada e ocasional – isto é, “participar” de uma concepção do mundo “imposta” mecanicamente pelo ambiente exterior, ou seja, por um dos muitos grupos sociais envolvidos desde sua entrada no mundo consciente -, ou é preferível elaborar a própria concepção de mundo de uma maneira consciente e crítica, ser o guia de si mesmo e não aceitar do exterior, passiva e servilmente, a marca da própria personalidade? (GRAMSCI, 2001, p. 93-4).

Portanto, alterar essa realidade significa, para Gramsci, travar uma ampla batalha, voltada em primeiro lugar “a compreensão crítica de si mesmo” [...] obtida através de uma luta de ‘hegemonias’ políticas, de direções contrastantes, primeiro no campo da ética, depois no da política, atingindo, finalmente, uma elaboração superior da própria concepção do real”. Só assim é possível manter a “unidade entre teoria e prática”, superando a imediatividade e a pragmaticidade dos fenômenos sociais, recriando as práticas sociais com o objetivo de torná-las “concreto pensado” e vinculadas a uma nova concepção de mundo (GRAMSCI, 2001, p.103-04).

3.4 Manifestações presenciais

A ocupação é uma prática que faz parte das atividades do movimento principalmente em datas comemorativas, mas também de denúncia e contestação.

2003 - Acampamento no parque Harmonia (RS), onde realizaram debates acerca das lutas das mulheres do campo e cidade. Cerca de 700 mulheres da Via Campesina ocuparam a fazenda Ana Paula, de propriedade da Votorantim Celulose e Papel (VCP). A ocupação foi iniciada com o corte de eucaliptos na área. A ação fez parte da Jornada Nacional de Luta das Mulheres da Via Campesina e pretendeu denunciar as conseqüências da monocultura do eucalipto na região (desertificação e ameaça à biodiversidade que conta com cerca de 3 mil espécies de plantas). Segundo a organização, em muitas áreas, já ocorre a falta de água para o consumo humano e para a criação de animais. A organização cita uma pesquisa da UFRGS, segundo a qual, a monocultura de plantas exóticas na região consumirá 20% mais água do que chove no pampa.

2004 - Ocupação da sede da Nestlé em Goiânia. A ocupação fez parte das atividades do Dia Internacional contra as Multinacionais e a OMC. A data também lembra um ano da imolação do camponês coreano Lee Kyuong-Hae na manifestação contra a OMC, em Cancún. A ocupação é uma estratégia de denúncia, pois a empresa é uma das multinacionais que dominam a exploração do leite e da água no Brasil. Para os camponeses a água é um bem da humanidade e não deve ficar nas mãos das multinacionais. Depois do ato na Nestlé, os camponeses se dirigiram à residência do Governador, onde entregam a pauta com as reivindicações dos movimentos sociais.

2004 - Jornada Nacional de ocupações exigindo o cumprimento do Plano Nacional de Reforma Agrária. Realizaram ocupações e mobilizações em todo o país, 33.411 famílias participam de 135 ocupações em 20 Estados.

- Alagoas: Cerca de 1.035 famílias ocuparam cinco fazendas no Estado.
- Bahia: realizaram 11 ocupações no Estado, com a participação de 4.360 famílias. A maior delas foi realizada em Porto Seguro, com a participação de 3 mil famílias. Elas ocuparam a Fazenda Verecel em 5 de abril. As lonas pretas

também foram fixadas em latifúndios de Arataca, Riachão das Neves, Guaratinga e Santo Amaro.

- Ceará: Seis fazendas foram ocupadas por cerca de 810 famílias.
- Distrito Federal: 300 famílias fizeram parte da ocupação no Complexo Barreirinho. Outras duas áreas foram ocupadas no Estado e 490 pessoas participam, no total.
- Espírito Santo: 500 famílias ocuparam uma área em Luzilândia. 192 famílias ocuparam a fazenda Ypiranga, em Porto Belo, Goiás. 630 famílias ocuparam a fazenda Perdiz, em Bom Jardim.
- Maranhão: Duas fazendas, uma em Itapecuru Mirim e outra em Porto Franco, foram ocupadas por cerca de 450 famílias.
- Mato Grosso: Três latifúndios foram ocupados por 1350.
- Mato Grosso do Sul: seis áreas foram ocupadas, com a participação de 1730 famílias. As famílias decidiram sair de duas áreas com a promessa do Incra de que as áreas seriam desapropriadas para a Reforma Agrária.
- Minas Gerais: Cerca de 500 famílias participaram, de duas ocupações, uma em Almenara/Bandeira e a outra em Campo do Meio.
- Na Grande Belo Horizonte, em Bambuí, mais de 50 famílias ocuparam a fazenda Velho Cerradão.
- Pará: ocupação da fazenda da empresa Dendê do Pará S/A (Denpasa) por 921 famílias. Mais duas ocupações que soma 2.566 famílias.
- Paraíba: 431 famílias participaram de cinco ocupações no Estado, nos seguintes municípios: Mulugu, SantaTeresinha, Arara, Massaranduba e Sumé.
- Pernambuco: 8.275 famílias participaram de 32 ocupações em 28 municípios do Estado. A maior delas aconteceu na fazenda Boi Caju, em Inajá/Ibimirim e reuniu mil famílias.
- Piauí: Três áreas foram ocupadas por 380 famílias.
- Rio de Janeiro: Três ocupações no Estado aconteceram em Araruama, Campos e Mangaratiba, reunindo 650 famílias.
- Rio Grande do Norte: Três ocupações aconteceram no Estado, com a participação de 460 famílias nos municípios de Touros, Canavieira e João Câmara.

- Rio Grande do Sul: 1100 famílias realizaram duas ocupações, uma em Coqueiros do Sul, com 700 e a outra em Cruz Alta, com 400 famílias
- Santa Catarina: 400 famílias trabalhadoras rurais ocuparam, a fazenda Faxinal do Paulista, da empresa Klabin (São Cristóvão do Sul).
- São Paulo: 3710 famílias participam da Jornada Nacional de Lutas, totalizando 15 áreas ocupadas no Estado.
- Sergipe: dezenove fazendas no Estado. Por 2097 famílias.
- Tocantins: Duas ocupações reuniram 175 famílias no Estado.

2005 - Marcha em Porto Alegre para apoiar a Marcha Nacional pela Reforma Agrária do MST em Brasília. Cerca de 2,8 mil trabalhadores rurais iniciaram uma mobilização de apoio à Marcha Nacional pela Reforma Agrária, organizado pelo MST exigindo o cumprimento da meta de 430 mil famílias assentadas e mudanças na política econômica do Governo Lula, por entender que sem isso não haverá nenhuma política social consistente. Os manifestantes também reivindicavam, entre outros pontos, a reestruturação do Incra e a sua vinculação à presidência da República, a atualização dos índices de produtividade e a desapropriação de terras por descumprimento da função social da propriedade.

2005 - Agricultores reivindicam ação do governo para problemas da seca - Em Passo Fundo, representantes da Via Campesina reuniram-se com o Superintendente Regional do Banco do Brasil, Nilvo Reinoldo Fries. E, em Brasília (DF), ocorreu uma audiência com representantes do Incra (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária), Ministério do Desenvolvimento Agrário e da Via Campesina. Nas reuniões foram levantadas propostas para a solução imediata dos problemas ocasionados pela estiagem.

2006 - Mais de 2.000 mulheres da Via Campesina, junto com os movimentos sociais do campo, MLST e MTL, realizaram um ato contra o agronegócio e a transposição do Rio São Francisco. O ato faz parte das mobilizações da semana da mulher, que esse ano tem o lema “Mulheres Camponesas na Luta pela Soberania Alimentar e Contra o Agronegócio”. Depois do ato, as mulheres ocuparam a Secretaria de Agricultura de Alagoas (Seagri) para denunciar a criminalização no campo e exigir uma posição política do Estado em relação às antigas reivindicações da agricultura familiar. As

famílias Sem Terra lembraram que a ocupação também é um ato solidário à luta das servidoras da educação.

2007 - Jornada Nacional de Luta das Mulheres da Via Campesina. Com um ato na Embaixada dos EUA, no DF. As Mulheres marcharam até a Embaixada dos Estados Unidos, onde realizaram um ato contra a visita do presidente George W. Bush ao Brasil. O ato contou com a apresentação de uma peça teatral da Brigada de Teatro do MST. Cerca de 400 mulheres participam da que tem como lema “Mulheres na Luta por Soberania Alimentar, contra o Agronegócio”.

2007 - Via Campesina protesta contra a liberação de transgênico - A Comissão Técnica Nacional de Biossegurança (CTNBio) realizou reunião, em Brasília, para definir a liberação do milho transgênico produzido pelas multinacionais Bayer e Monsanto. A possibilidade de aprovação da medida leva a Via Campesina a se mobilizar, em frente ao Ministério das Ciências e Tecnologia — onde acontece a reunião — para afirmar a posição dos trabalhadores rurais diante da questão. Durante o ato, os integrantes da Via Campesina entregaram no ministério dois sacos de milho crioulo produzido pelos lavradores no assentamento Cunha, no município de São Sebastião (DF).

2007 - Cerca de 500 trabalhadoras da Via Campesina do Espírito Santo fecharam a BR 101, no trevo Maria Amélia, município de São Mateus, em protesto à empresa Aracruz Celulose, representante do agronegócio no estado. São cerca de 250 mil hectares de plantio de eucalipto, sendo que a maior parte se concentra na região norte no estado, onde aconteceu a mobilização. A BR 101 foi interditada por uma hora e meia, a fim de que não pudessem passar as carretas de eucalipto que abasteciam a fábrica da Aracruz. Segundo representante da Via Campesina: “Enquanto a monocultura do eucalipto se expande no estado, não há investimentos para a agricultura camponesa. Além disso, a Aracruz Celulose ocupa várias terras devolutas que deveriam ser destinadas à reforma agrária” (MST).

2007 - Brasileiras do campo e da cidade ocuparam avenidas, usinas e órgãos públicos para protestar contra a monocultura, as empresas transnacionais e o modelo atual da agricultura voltado apenas para a exportação, deixa um rastro de pobreza e desemprego

para o povo brasileiro. Este ato aconteceu simultaneamente e coincidiu com a visita do presidente dos Estados Unidos, George W. Bush ao Brasil.

- São Paulo: A cidade de Patrocínio Paulista, região de Ribeirão Preto, tida como capital do agronegócio no país, foi o cenário para a ação de 700 mulheres da Via Campesina, que ocuparam uma usina de álcool da empresa Cargill. A mobilização pacífica quis protestar contra o acordo do etanol entre Brasil e Estados Unidos que prevê o aumento das plantações de cana. Depois da ocupação, as camponesas se juntaram às mulheres urbanas e outros movimentos sociais para uma grande marcha na capital paulista que reuniu cerca de 20 mil pessoas.
- Ceará: Mais de 500 camponesas da Via Campesina ocuparam a rodovia do trevo da Chapada do Apodi, principal eixo de escoamento da produção de fruticultura da região, destinada à exportação. Um dos objetivos da ocupação foi denunciar o uso excessivo de agrotóxicos no estado. O fato está aumentando o número de internações hospitalares, contaminação do lençol freático e a destruição da biodiversidade local.
- Minas Gerais: Mulheres articuladas na Via Campesina interditaram a entrada da mina Capão Xavier, da empresa Minerações Brasileiras Reunidas (MBR), do complexo de usinas da Companhia Vale do Rio Doce, na região metropolitana de Belo Horizonte. Mais de 600 camponesas participaram da ação.
- Espírito Santo: Quilombolas, camponesas, estudantes, sindicalistas e indígenas participaram da marcha organizada pelo Fórum de Mulheres do Espírito Santo. As mulheres no estado expuseram suas reivindicações e cobraram do governador do estado, Paulo Hartung (PMDB), uma postura clara em relação à demarcação dos territórios indígenas no estado e à melhoria de políticas públicas para as mulheres. Além disso, as Sem Terra exigiram a vistoria e arrecadação das terras devolutas do estado para fins de reforma agrária e também assistência aos assentamentos criados pela Secretaria de Agricultura do estado.
- Paraná: para protestar contra o avanço do agronegócio e a produção de transgênicos e agrotóxicos, mais de 700 mulheres do MST, realizaram uma vigília em frente a empresa brasileira de produtos agroquímicos

Nortox. Com o protesto, as mulheres quiseram chamar a atenção da sociedade para a necessidade de uma agricultura que produza alimentos saudáveis, além de alertar para os prejuízos que empresas como a Nortox causam à saúde e ao meio ambiente.

- Rio Grande do Sul: Mais de 1.300 mulheres ligadas à Via Campesina ocuparam áreas de empresas como Aracruz Celulose, Votorantim, Stora Enso e Boise. Juntas estas representantes do avanço do capital no campo, têm mais de 200 mil hectares de terras no estado, o suficiente para assentar 8 mil famílias. As mobilizações no estado tiveram uma importante conquista: a suspensão de um protocolo de cooperação entre a Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) e a transnacional Aracruz Celulose.
- Alagoas: Integrantes da Via Campesina promoveram um ato contra o agronegócio e a transposição do Rio São Francisco. Depois do ato, elas ocuparam a Secretaria de Agricultura de Alagoas (Seagri) para denunciar a criminalização do campo e exigir uma posição política do estado em relação às antigas reivindicações da agricultura familiar. A ocupação também foi um ato solidário à luta das servidoras da educação no estado.
- Maranhão: Mais de 500 mulheres protestaram em frente à sede do governo estadual, em São Luiz. No final do ato, as trabalhadoras queimaram um boneco de Bush com o apoio do governador, Jacson Lago (PDT).
- Piauí: Um ato unificado de entidades da cidade e do campo reuniu 500 mulheres. Elas fizeram uma marcha pela região central de Teresina. Depois de passar pela Assembléia Legislativa, as manifestantes ocuparam o palácio do governo do estado e foram recebidas pelo governador Wellington Dias (PT). Na audiência, elas apresentaram uma pauta de reivindicação que tratava de temas como educação, saúde, previdência e Reforma Agrária.
- Sergipe: dezenas de trabalhadoras do MST promoveram protestos em pontos da rodovia BR 101. Depois se uniram à outras camponesas no acampamento onde foram realizados estudos sobre o agronegócio e

debates sobre a organização política e projetos produtivos para as mulheres.

- Bahia: camponesas e indígenas organizaram o 7º Acampamento de Mulheres do estado que contou com a participação de 1.200 pessoas. Elas estiveram acampadas na antiga sede da Petrobrás, em Salvador. Foram organizadas oficinas, atividades culturais e debates sobre gênero e Soberania Alimentar.
- Pernambuco: cerca de 250 trabalhadoras rurais da Via Campesina ocuparam o Engenho São Gregório, no município de Gameleira. Em protesto contra a expansão do agronegócio na região, as camponesas arrancaram parte da plantação de cana-de-açúcar e plantaram sementes de milho e feijão.
- Rio de Janeiro: para denunciar o financiamento público para empresas que prejudicam o meio ambiente, as Sem Terra ocuparam a sede do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico Social (BNDES). A ação teve o apoio da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) do estado e da Associação dos Funcionários do BNDES.

2010 - Em Esteio/RS realizaram-se diversas manifestações, na qual foram denunciados o modelo do agronegócio e os riscos do avanço dos transgênicos para a saúde. Segundo documento do MST, centenas de mulheres estavam em frente da fábrica da Solae - um dos maiores complexos de processamento de soja transgênica da América Latina. Tal fábrica foi fundada em 2003, através da aliança do grupo Bunge (multinacional de sementes e de comida industrializada) com o grupo Dupont (produtora de agrotóxico). Todas as mulheres presentes nesta manifestação carregavam esqueletos e, em determinado momento, todas amamentaram tais seres denunciando as implicações do agronegócio.

3.5 Campanhas

As Campanhas fazem parte das estratégias utilizadas pela Via Campesina para o fortalecimento de suas lutas no campo social e político, destacando-se entre elas: “Campanha Permanente Contra os Agrotóxicos e Pela Vida”, Campanha “Sementes: Patrimônio do povo a serviço da humanidade”, lançada durante o III Fórum Social

Mundial para mais de quinze mil pessoas, e “Campanha para exigir a demarcação imediata das terras indígenas”.

3.6 Assembléias e Reuniões

As assembléias aparecem como espaço deliberativo tanto em nível nacional quanto internacional. Em nível internacional, a Primeira Assembléia Mundial de Camponeses ocorreu em Porto Alegre e constituiu-se na preparação para a IV Conferência da Via Campesina. A terceira assembléia foi realizada em 2008, em Maputo Moçambique (África), como preparação à V Conferência Internacional⁶.

As reuniões se constituem em espaços de preparação e programação, normalmente divididas por comissões. Também ocorrem para a discussão de temas com representantes de diversas entidades, universidades, governo, intelectuais, com correntes de pensamento diversas para discutir a situação econômica do país, suas conseqüências e propostas de alternativas.

Entende-se “assembléia” como luta política, no sentido de que neste espaço se discute a responsabilidade coletiva de continuar a luta de classes, a ressignificação da cultura camponesa e do valor do trabalho individual e coletivo, assim como a construção de novas relações que assumem decisões coletivas.

Nas Assembléias acontece a preparação das Conferências Internacionais, cujos principais temas de debate se destacam a luta pela soberania alimentar, contra a OMC (Organização Mundial do Comércio), as campanhas Globais pela Reforma Agrária, contra os transgênicos e patentes. Outro ponto discutido são as negociações realizadas pelos países sem o consentimento da população, o acordo TLCAN (Tratado do Livre Comércio da América do Norte) que, segundo a organização, só atendem às grandes corporações transnacionais em detrimento da grande maioria da população. Aponta-se também que a discriminação contra as mulheres é resultado das políticas neoliberais, portanto, que paralelamente à luta anti-neoliberal, deve-se seguir com a luta pela igualdade de gênero.

Além disso, evidencia-se que a globalização é o resultado da divisão do trabalho e que se faz importante entender as expressões desta, que passa pelo aumento da fome e das doenças mortais; o aumento significativo da pobreza e aumento da lacuna entre

⁶ Não tivemos acesso aos documentos da II Assembléia

ricos e pobres; a violação dos direitos humanos e repressão política; a mercantilização e privatização da natureza e das terras agrícolas tradicionais; a privatização e contaminação da água e do ar; a extração incessante de minerais e a destruição; a apropriação e a concentração da terra produtiva; a destruição das tradições, conhecimentos e métodos de produção camponesa; as mudanças climáticas, e o incremento dos preços dos alimentos básicos (Via Campesina, 2011).

3.7 Cartas

Outra estratégia de luta da Via Campesina são as Cartas. Como luta política, elas apresentam-se como reivindicações pela superação do neoliberalismo, com propostas de outro modelo societário ou como denúncias contra as instituições que representam o capital. As cartas são dirigidas a organizações internacionais como a Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação (FAO), Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), Fundo Monetário Internacional (FMI) reivindicando e Governantes. Geralmente estas cartas são com abaixo-assinado.

Destacam-se dentre as principais reivindicações das Cartas:

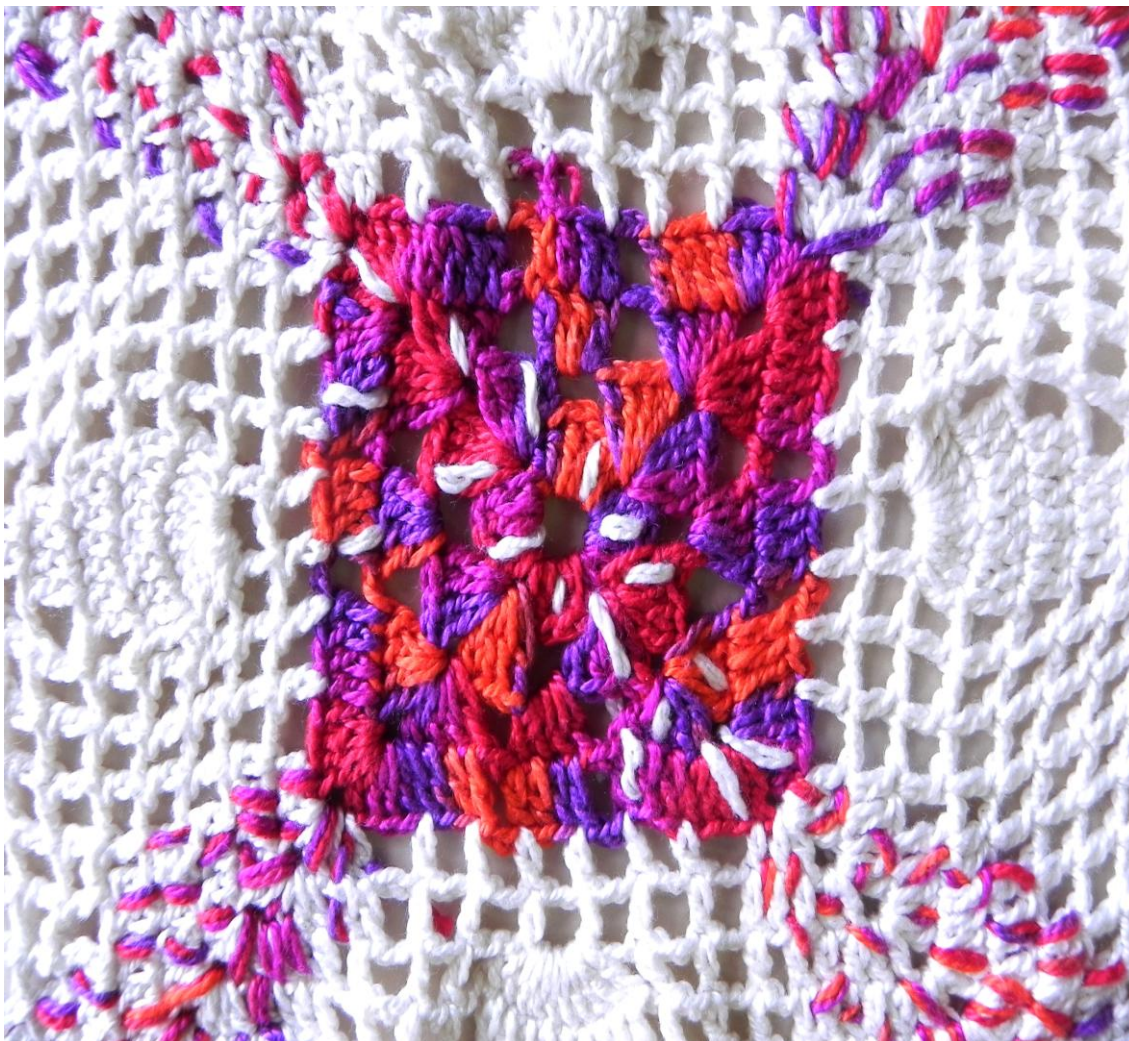
- Reforma Agrária, no sentido de desapropriação dos grandes latifúndios (empresas ou organizações que tem o grande domínio propriedade agrária caracterizado pela concentração desequilibrada de terras).
- Propostas de novos modelos para a agricultura camponesa no viés de construção da consciência de classe, a superação do modelo atual de sociedade.
- Como exigência da proibição da produção e consumo de transgênicos, alegando os danos irreparáveis à saúde que desencadeia o consumo dos mesmos.

Pode-se verificar que as estratégias de lutas envolvem, portanto, ações voltadas às políticas e direitos sociais relativas às necessidades de sobrevivência dos sujeitos sociais sem, contudo, desarticular o campo da luta política. Isso é observável nos temas tratados, como: o enfrentamento ao capitalismo, ao modelo neoliberal, a implementação da Soberania Alimentar e da Reforma Agrária Integral, a produção de sementes pelos próprios agricultores, preservação do meio ambiente e democratização do acesso à água, a socialização e redistribuição da riqueza socialmente produzida, a desapropriação dos latifúndios, posicionando-se contra o agronegócio, e, ainda, mudanças na política econômica do governo Lula.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir dos objetivos traçados na presente pesquisa é possível indicar alguns elementos de reflexão conclusiva. O percurso teórico-metodológico nos possibilitou desvendar a Via Campesina enquanto um sujeito político coletivo que, no período entre 2003 a 2010 desenvolveu ações significativas para atendimento das demandas dos movimentos que a integram no campo das lutas sociais sem, contudo, descurar-se de um dos seus objetivos que é a luta política mais ampla. No campo das lutas sociais é possível concluir que diante de uma conjuntura de forte retração de direitos, de desigualdades e injustiças sociais decorrentes da própria lógica do capital, cresceram as demandas nessa esfera, indispensáveis que são para atendimento das necessidades de sobrevivência. Tais lutas aparecem emaranhadas com a luta política mais ampla evidenciando a necessidade premente de superação do projeto da sociedade capitalista e de construção do socialismo.

Esse emaranhado de lutas só pode ser situado no contexto histórico e antagônico presente nas disputas das classes sociais, ou seja, na dialética contraditória das manifestações e do desenvolvimento da própria sociedade capitalista. Arriscamos trabalhar com a metáfora do crochê – uma atividade manual – para problematizar este campo de contradições por meio de uma toalha que representa as relações entre Estado e sociedade. De modo a explicar esta relação, buscamos nas principais categorias de Gramsci utilizadas neste trabalho, embasamento para retratar este campo de contradições.



Tal como se observa na toalha, o núcleo colorido representa a classe dominante permeada pela ideologia capitalista, e pelo poder estatal. Também permite compreender que o tecido social é atravessado pelas relações de estrutura e superestrutura, ou seja, pelas relações entre economia, política e cultura, o que corresponde para Gramsci ao conceito de Bloco Histórico, uma totalidade das relações capitalistas. As forças em presença não operam no vazio, mas correspondem às relações sociais capitalistas, políticas, ideológicas e jurídicas. O núcleo colorido encontra-se organicamente estruturado com seus intelectuais orgânicos e com suas estratégias que identificam como a classe dominante detém a hegemonia.

O ponto do crochê formado por pequenas correntes que se entrelaçam mostram, ao mesmo tempo, a unidade e as contradições presentes nas diferentes camadas de classes. Com isso queremos dizer que a sociedade civil é composta também pelas organizações representantes dos interesses burgueses, o que revela a sua forma

heterogênea de composição. Por outro lado, este terreno também é permeado por organizações da sociedade civil cooptadas pela classe burguesa num processo de transformismo, como é o caso, por exemplo, da CUT.

Para Gramsci, a vida estatal é entendida de modo dinâmico e processual, “como contínua formação e superação de equilíbrios instáveis [...] entre os interesses do grupo fundamental e os interesses dos grupos subordinados” (GRAMSCI, 2000a, p.42). Dessa forma os interesses do grupo dominante e os dos grupos dominados “implicam-se reciprocamente [...] horizontal e verticalmente” (GRAMSCI, 2000a, p.42), a partir da organização econômica e política de cada Estado-nação. O Estado consiste, ainda, para Gramsci, como “todo o complexo de atividades práticas e teóricas com os quais a classe dirigente não só justifica e mantém o seu domínio, mas consegue obter o consenso ativo dos governados” (GRAMSCI, 2000, p. 331).

A parte branca do crochê indica as organizações da sociedade civil da classe subalterna que busca inscrever na esfera estatal as suas demandas e contrapor-se à ideologia neoliberal. Os pequenos núcleos em destaque representam os grandes movimentos sociais, ou sujeitos políticos coletivos, que agregam ou podem agregar as demandas e interesses de outros grupos sociais. Os pontos coloridos indicam que na sociedade civil também se localizam as chamadas organizações sociais e um vasto campo de ONGs, atreladas ao Estado e ao capital que, no entanto, se dizem representantes da classe trabalhadora. Desse modo, o Estado “anula muitas autonomias das classes subalternas”, sendo que “ditadura moderna” ou contemporânea, ao mesmo tempo em que suprimiu algumas “formas de autonomia de classe, se empenha para incorporá-las na atividade estatal: isto é, a centralidade de toda a vida nacional nas mãos das classes dominantes torna-se frenética e absorvente” (GRAMSCI, 1977, p.303 *apud* SIMIONATTO, 2010), e, nesse processo, fortalece a subalternidade desmobilizando as classes subalternas, bloqueando as suas iniciativas na construção de um outro projeto societário.

A agulha de crochê tem um pequeno gancho na ponta que permite que a linha seja facilmente puxada para realizar o tramado do tecido. Este tramado representa o que Gramsci denomina de “aparelhos privados de hegemonia”.



Conforme ressaltamos na introdução deste trabalho, é a partir da Soberania Alimentar que a Via Campesina, como aparelho privado de hegemonia, tece todas as suas lutas num processo de transição a outro projeto societário, ou seja o socialismo. A “luta política” ou a luta pelo poder é travada junto aos diversos aparelhos privados de hegemonia representantes da classe trabalhadora, como os sindicatos, os partidos políticos e outros movimentos sociais na elaboração de uma vontade geral buscando a disputa dos interesses individuais e corporativos através da formação da consciência de classe, e a construção de uma nova hegemonia.

No entanto, este é um grande desafio do tempo histórico presente, na medida em que o próprio Estado burguês é o lugar de “unidade histórica das classes dirigentes”, e, segundo Gramsci, a história das classes subalternas está “entrelaçada à da sociedade civil” (GRAMSCI, 2002, p.135), e só poderá ser unificada quando estas puderem se

tornar Estado. Afinal, “os grupos subalternos sofrem sempre a iniciativa dos grupos dominantes, mesmo quando se rebelam e insurgem: só a vitória ‘permanente’ rompe, e não imediatamente, a subordinação”. Verifica-se em seu processo histórico que “na realidade, mesmo quando parecem vitoriosos, os grupos subalternos estão apenas em estado de defesa, sob alerta” (GRAMSCI, 2002, p.135).

São imensas ainda as dificuldades que se colocam à concretização de lutas políticas favorecedoras da superação dos óbices para o enfrentamento ao projeto burguês. Conforme aponta Florestan Fernandes:

O que temos é uma incapacidade crônica, que não é intrínseca à burguesia, mas que nasce das relações da burguesia, com a forma dependente do desenvolvimento capitalista, com a prepotência e a insensibilidade do imperialismo diante dos sócios menores da periferia e com as forças sociais segregadas pelo modo de produção capitalista e pela organização social, cultural e política correspondente, quaisquer que sejam as circunstâncias históricas envolvidas (FERNANDES, 1986, p.10).

Em relação ao Serviço Social, investigar e conhecer as formas de organização, mobilização e estratégias participativas apreendidas no processo sócio-histórico da Via Campesina, nos possibilitaram fortalecer a compreensão das funções e competências profissionais em relação à inserção nos movimentos na sociedade civil.

Traçar estratégias, programas e planos de ação, assim como, construir campos de lutas, permite ao profissional do Serviço Social não apenas responder às demandas que lhe são postas, mas, acima de tudo, antecipar-se a elas com respostas mais qualificadas do ponto de vista teórico e prático.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BERING, Elaine Rossetti. Política social: fundamentos e história/Elaine Rossetti Behring, Ivanete Boschetti. – 3. ed. – São Paulo: Cortez, 2007. –(Biblioteca básica de serviço social; v. 2)

BRAGA, Ruy. Apresentação. OLIVEIRA, Francisco; BRAGA, Ruy; RIZEK, Cibele (orgs.). Hegemonia às avessas. São Paulo: Boitempo, 2010

CAMPOS, Cristiane. Uma ontologia dos movimentos sociais de massas e o protagonismo atual das mulheres. PINASSI, Maria Orlanda. Da miséria ideológica à crise do Capital.: uma reconciliação histórica. São Paulo: Boitempo, 2009.

CHAUÍ, Marilena. **Estado de Natureza, contrato social, Estado Civil na filosofia de Hobbes, Locke e Rousseau.** *Filosofia. Ed. Ática, São Paulo, ano 2000, pág. 220-223*

CHESNAIS, Françoise. Mundialização: o capital financeiro no comando. Revista Outubro, São Paulo, n.5, p. 7-28, out. 2001.

DURIGUETTO, Maria Lúcia. **Sociedade Civil e democracia: um debate necessário.** São Paulo: Cortez, 2007.

FERNANDES, Florestan. **Nova república?** Rio de Janeiro: Zahar, 1986

GRAMSCI, Antonio, 1891-1973. **Cadernos do cárcere**, volume 3/Antonio Gramsci; edição e tradução, Carlos Nelson Coutinho; co-edição, Luiz Sérgio Henriques e Marco Aurélio Nogueira. – Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000. 420p.

GRAMSCI, Antonio, 1891-1973. **Cadernos do cárcere**, volume 1/Antonio Gramsci; edição e tradução, Carlos Nelson Coutinho; co-edição, Luiz Sérgio Henriques e Marco Aurélio Nogueira. – 2ª edição – Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001

GRAMSCI, Antonio, 1891-1973. **Cadernos do cárcere**, volume 2/edição e tradução, Carlos Nelson Coutinho; co-edição, Luis Sérgio Henriques e Marcos Aurélio Nogueira – Rio de Janeiro; Civilização Brasileira, 2000^a

IAMAMOTO, Marilda V. **Serviço Social em tempo de capital fetiche.** São Paulo: Cortez, 2007

MARINI, Ruy Mauro. A luta pela democracia.Clacso. Cadernos da América Latina. N.1. SP: Clacso, 2007.

MARX, Karl, 1818-1883. A Miséria da filosofia/Karl Marx; tradução de José Paulo Neto. São Paulo: Global, 1985

MARX, Karl, 1818-1883. Manuscritos econômico-filosóficos e outros textos escolhidos/ Karl Marx; seleção de textos de José Arthur Giannotti; traduções de José Carlos Bruni... [ET AL.]. -4. ed. – São Paulo – Nova Cultural, 1987-1988

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. 1818 – 1883. **A Ideologia Alemã:** critica da mais recente filosofia alemã em seus representantes Feuerbach, B. Bauer e Striner, e do

socialismo alemão em seus diferentes profetas (1845- 1846)/ Karl Marx, Friedrich Engels; supervisão editorial, Leonardo Konder; tradução, Rubens Enderle, Nélio Schneider, Luciano Cavini Martonaro. São Paulo: Boitempo, 2007

MARX. O Capital: Crítica da economia política: livro I. Vol 1/Karl Marx; tradução de Reginaldo Sant'Anna. 25ª ed. – Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

MONTAÑO, Carlos. **Estado, classe e movimento social**/Carlos Montaña, Maria Lúcia Duriguetto. – 2. ed. – São Paulo: Cortez, 2011. – (Biblioteca básica de serviço social; v. 5)

NETO, José Paulo. Capitalismo Monopolista e Serviço Social – São Paulo: Cortez, 1992

OLIVEIRA, Francisco. **Política numa era de indeterminação: opacidade e reencantamento**. OLIVEIRA, Francisco; RIZEK, Cibele Saliba (orgs.). A era da indeterminação. São Paulo: Boitempo 2007

POMAR, Valter. **Debate sobre la izquierda**. Correio da Cidadania 404 y 405. In <http://www.rebellion.org/noticias/2004/7/2205.pdf>

RAMOS, Eraldo da Silva Filho. **A via camponesa Brasil e a avaliação da primeira década de impactos da reforma agrária do banco mundial**. *Scripta Nova* REVISTA ELECTRÓNICA DE GEOGRAFÍA Y CIENCIAS SOCIALES. Universidad de Barcelona. Vol. XII, núm. 270 (76), 1 de agosto de 2008 in: <http://www.ub.edu/geocrit/sn/sn-270/sn-270-76.htm>

SALVADOR, Evilazio. **Implicações da reforma da previdência sobre o mercado de trabalho**. *Serviço Social e Sociedade*, N.81 São Paulo: Cortez, 2005

SIMIONATO, Ivete. **Razões para continuar utilizando a categoria Sociedade Civil**. In. DANUTA E; CANTOIA, Luiz. **Sociedade Civil e Democracia. Expressões contemporâneas**. Vários autores. São Paulo: Veras Editora, 2010 –(Coleção Coletâneas)

VAZQUEZ, Adolfo Sánchez. As idéias estéticas de Marx; tradução Carlos Nelson Coutinho. 2ª Ed. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1978. (Pensamento crítico, v. 19)

ARTIGOS CONSULTADOS

MST. Balance del V Congreso Nacional del MST. Dirección Nacional del MST in http://movimientos.org/cloc/mst-br/show_text.php3?key=10263 acessado em 07/2011

CAMPOS, Christiane S Soares; CAMPOS, Rosana Soares. **Soberania Alimentar como alternativa ao agronegócio Brasil**. In Los problemas del mundo actual. Soluciones y alternativas desde la geografía y las ciencias sociales. IX Colóqui Internacional de Geocrítica. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre/PR: 2007

CAMPOS, Christiane Senhorinha Soares, Campesinato autônomo – uma nova

tendência gestada pelos movimentos sociais do campo. Revista Lutas & Resistências, número 1, p. 146-162, UEL/Gepal, Londrina, 2006

FBO. Fórum Brasil de Orçamento. Superavit primário: cadernos para discussão. Brasília: FBO, 2004. 2ª ed. 2005)

GALVÊAS, Elias Celso. **A Revolução Industrial e suas conseqüências**
<http://www.administradores.com.br/informe-se/artigos/a-revolucao-industrial-e-suas-consequencias/11570/> junho 2011

HOUTART, François. **Sociedade civil e espaço público** in
http://www.dhnet.org.br/w3/fsmrn/biblioteca/8_houtart.html acessado em maio 2011

NETTO, José Paulo. **A Construção do Projeto Ético-Político do Serviço Social**. in. Serviço Social e Saúde: Formação e Trabalho Profissional. Acessado em novembro/2011 <http://www.cpihts.com/PDF03/jose%20paulo%20netto.pdf>

NOGUEIRA, Marcos Aurélio. **Sociedade civil, entre o político-estatal e o universo gerencial**. In: Revista Brasileira de Ciências Sociais. 2003. Acessado em abril 2011, http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-69092003000200010

PEREIRA, Potyara A. P. Política Social: temas e questões. São Paulo: Cortez, 2008

PAGINAS WEB CONSULTADAS

<http://mst.org.br/Via-Campesina-rechaca-proposta-de-Aldo-Rebelo-para-o-Codigo-Florestal>

<http://viacampesina.org/sp/>

<http://www.cooperbio.com.br/artigos/PDF1.pdf>

<http://www.mst.org.br>

MINISTERIO DA FAZENDA. Governo Federal in www.fazenda.gov.br